



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT)
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS (PPGDire)**

CARMÉLIO DE SOUSA LIMA

**JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS
DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO**

Araguaína / TO
2024

CARMÉLIO DE SOUSA LIMA

JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO

Texto de Defesa de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Como requisito para obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais na área CAPES Planejamento urbano e Regional/Demografia

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges.

Araguaína / TO
2024

S725j Sousa Lima , Carmélio de .

JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO : JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO / Carmélio de Sousa Lima . - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2024.

97 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Graduação - em Pedagogia) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientadora: Thelma Pontes Borges.

1. Desabrigamento. 2. Política Pública. 3. Abrigo: Arapônia Legal. **CDD 370**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

CARMÉLIO DE SOUSA LIMA

**JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS
DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO**

Texto de Defesa de Disertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE na área CAPES de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Data de aprovação: 23/04/2024

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges (Orientadora - PPGDIRE/UFT)

Dr. Edi Benini (UFNT/PPGDire)

Dra. Grazielle Betina Brandt (UNISC/PPGdr)

Araguaína – TO, 2024

Dedico essa dissertação a minha família, em especial minha esposa, Maria da Luz Rodrigues da Silva Lima, minha enteada, Yara Carina, a meus pais José de Sousa Lima e Rita Soares de Sousa, onde busco minha inspiração através de suas palavras que soam em meus ouvidos elevando minha autoestima, a qual serão sempre lembrados por falarem, “o estudo é o único bem que não tiram de você”.

AGRADECIMENTOS

O construto do conhecimento, se torna uma luz que diante aos olhos dos que ficaram acorrentados no fundo de uma caverna não conseguem ver o refletir do sol nem o mundo como ele é, assim, afirma Platão (1987) “só lhe é dado a permanecer no mesmo lugar” aqui está uma dissertação fruto de caminho percorrido, podendo ser equiparado ao mito da caverna onde se deixa as correntes para conhecer o mundo e atuar nele, construto este hoje que foi fruto de pessoas importante em minha vida.

Direciono meus agradecimentos ao programa PPGDire, ao apoio singular do Prof. e coordenador, Drº João de Deus Dias Leite, por ser tão sábio e oportunizar aos discentes momentos de segurança e liberdade para se expressarem.

Em especial, minha orientadora, que desde dos primeiros momentos de apresentação, já deixei bem claro a todos da turma que a nível de Tocantins ela é a melhor dos orientadores, portanto com todo respeito a Profa. Dra. Thelma Pontes Borges, você foi esfera singular, propulsora para a realização desta referida pesquisa, será eternamente lembrada pelas suas orientações, palavras sábias que em meio ao aflito, acalma e direciona, posso até ir mais além: Thelma, você dá asas a pássaros que perderam os pais antes de aprenderem a voar, gratidão por me oportunizar a aprender com você.

Aos demais professores que contribuíram para este campo evolutivo de conhecimento, Profº. Drº Miguel Pacífico Filho, que de início ficávamos as voltas para entender sobre a temática “O que faz do Brasil, Brasil”, obrigado pela dedicação e metodologias diversificada para que pudéssemos perceber diferentes Brasis, desde uma canção ao grito de uma sociedade involvida, gratidão por oportunizar conhecer diferentes, costumes, histórias e culturas de uma sociedade que apesar das segregações, divide o mesmo espaço/campo.

Não poderia deixar de prestar minhas sinceras palavras a Giliana Zeferino Leal Mendes, hoje mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, primeira pesquisadora sobre as unidades de acolhimento em Araguaína-TO, finalizando em 2020, tema este que despertou o interesse de Lucina Ribeiro da Cruz, que realizou sua pesquisa em 2022 sobre a primeira infância também nas unidades de acolhimento em Araguaína-TO, obrigado por abordarem este tema tão pouco enfatizado na sociedade.

RESUMO

A presente pesquisa, objetiva analisar os processos de desabrigamento de jovens das Casas abrigos de Araguaína-TO, no período de 2008 a 2022, buscando conhecer os procedimentos de desinstitucionalização por maioria a partir dos próprios sujeitos. Tem como sustentação teórica a necropolítica descrita por Mbembe (2018), buscando demonstrar os processos de exclusão e repulsão de direitos e a ideia de Juvenicídio enfatizado por Rocha (2020), a autora discute a exclusão em massa de pobres e negros. Metodologicamente têm-se três contextos de coleta de dados: no primeiro momento foram analisados os documentos fornecidos pelas casas abrigos de Araguaína-TO, onde foi identificado um quantitativo de 132 jovens os quais permitiu afeiçoar-se o perfil destes institucionalizados através dos relatórios de desligamentos composto nas fichas; no segundo contexto foi feita a busca ativa destes jovens que atingiram a maioria nas casas abrigos, sendo que durante os 15 anos de funcionamento das unidades 12 jovens foram desligados por maioria, onde o gênero feminino prevalece com maior incidência no quantitativo de desligamento sendo 7 jovens do gênero feminino e 5 do gênero masculino, onde foi oportuno realizar entrevista com 6 jovens; e por último com os seis jovens que aceitarem participar da pesquisa, foi realizado a entrevista semiestruturada e escuta presencial, com os que residem em Araguaína, e para os que residem em outros municípios a entrevista foi realizada via remota. Para os documentos institucionais trabalhou-se com estatística descritiva e se produziu o perfil do jovem abrigado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas utilizando as estratégias de análise de conteúdo. Dessa forma, a pesquisa permitiu verificar que o desligamento produz diversos efeitos necro-políticos na vida dos jovens, mas também servem de efeito protetor.

Palavras-chave: Desabrigamento; Política Pública; Juventude; Abrigo; Amazônia Legal.

ABSTRACT

This research aims to analyze the processes of homelessness of young people from Casas shelters in Araguaína-TO, from 2008 to 2022, seeking to understand the deinstitutionalization procedures due to adulthood from the subjects themselves. Its theoretical basis is the necropolitics described by Mbembe (2018), seeking to demonstrate the processes of exclusion and repulsion of rights and the idea of Juvenicide emphasized by Rocha (2020), the author discusses the mass exclusion of poor and black people. Methodologically, there are three data collection contexts: firstly, the documents provided by the shelters in Araguaína-TO were analyzed, where a number of 132 young people were identified, which allowed the profile of these institutionalized people to be established through reports of dismissals. composed in the chips; In the second context, an active search was carried out for these young people who reached the age of majority in the shelters, and during the 15 years of operation of the units, 12 young people were dismissed due to the age of majority, where the female gender prevails with a higher incidence in the number of dismissals, with 7 young people female and 5 male, where it was opportune to conduct interviews with 6 young people; and finally, with the six young people who agreed to participate in the research, a semi-structured interview and in-person listening were carried out, with those who live in Araguaína, and for those who live in other municipalities, the interview was carried out remotely. For institutional documents, descriptive statistics were used and the profile of the sheltered young person was produced. The interviews were recorded, transcribed and analyzed using content analysis strategies. In this way, the research made it possible to verify that the disconnection produces several necro-political effects in the lives of young people, but also serves as a protective effect.

Keywords: Homelessness; Public policy; Youth; Shelter; Legal Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Total de Homicídios no Brasil.....	42
Gráfico 2 – Acolhimentos C.A.A.C.T.L. e C.L.	63
Gráfico 3 – Número de jovens institucionalizados em Araguaína - 2008 a 2022.....	65
Quadro 1 – Modalidades mais comum de acolhimento no Brasil.....	32
Quadro 2 – Rotina dos acolhidos na Casa Ana Caroline Tenório Lima 2022/2023.....	50
Quadro 3 – Esquema de função carga horária laboral e turno de trabalho.....	53
Quadro 4 – Caracterizações dos entrevistados “gênero, idade, composição familiar e renda”.....	74
Quadro 5 – Descrição das categorias e subcategorias.....	76
Quadro 6 – Necro-Juvenicídio e Política de Vida.....	79
Imagem 1 – Mapa de Localização das Unidades de Acolhimento.....	61
Imagem 2 – Mapa do local de Moradia dos Jovens Institucionalizados em Araguaína-TO.....	70
Imagem 3 – Mapa do local de Origem dos Jovens Institucionalizados em Araguaína-TO.....	72
Imagem 4 – Nuvem de Palavras.....	75
Imagem 5 – Código árvore Categorias Temáticas.....	76
Ilustração 1 (A-R) - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.....	54
Ilustração 2 (A-N) - Imagens dos espaços da Casa-Lar/ Casa dos Meninos.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstra os serviços de acolhimento existentes no Brasil.....	31
Tabela 2 – Público Jovens Brasil/Região.....	34
Tabela 3 – População jovens do Brasil, por cor, raça e regiões (Norte, Tocantins e Araguaína).....	34
Tabela 4 – Taxa de frequência escolar bruta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais – Brasil – 2022.....	35
Tabela 5 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2022.	36
Tabela 6 – Número de homicídio de jovens (15 a 29 anos) no Brasil, período de 2008 a 2021.....	37
Tabela 7 – Número de acolhimentos, por ano e mês, em Araguaína – TO (2008 a 2022).....	63
Tabela 8 – Número de jovens institucionalizados em Araguaína, anos 2008 a 2022.....	65
Tabela 9 – Jovens Desligados por Maioridade.....	67
Tabela 10 – Localização de moradia dos jovens institucionalizados.....	69
Tabela 11 – Distribuição de acordo com a Unidade de Federação em que o jovem foi institucionalizado e encaminhado para a Casa de Acolhimento, em Araguaína Tocantins.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAACTL	Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima
CF	Constituição Federal
CL	Casa-Lar
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJ	Estatuto da Juventude
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
SEMASTH	Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS NO BRASIL	21
1.1	Políticas Públicas para Jovens na Região Norte do Brasil, Amazônia Legal e Estado do Tocantins	29
2	NECROPOLÍTICA E JUVENICÍDIO	43
3	PERCURSO METODOLÓGICO	48
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1	As Casas Abrigos em Araguaína-TO	50
4.2	Perfil dos acolhimentos	62
4.3	Análises das entrevistas	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89
	ANEXOS	94

INTRODUÇÃO

Estudar os aspectos sociológicos que envolvem a juventude é se deparar com um universo cheio de incógnitas, incertezas, conquistas e avanços no que se refere a direitos e a forma de serem vistos pela sociedade. Neste aspecto a juventude é marcada pela trajetória e aprendizado adquirido com a interação no contexto social, familiar, educacional, religioso entre outros, constituindo um caleidoscópio com inúmeras formas de ver o mundo e atuar nele.

Na visão de Silva e Lopes (2009, p. 92) a juventude é como um processo de transição entre jovens e sociedade, assim afirmam que o jovem é “considerado como processo de (reprodução social), quando as trajetórias dos jovens são reflexos das estruturas e dos processos sociais”. Levando em consideração os apontamentos de Silva e Lopes (2009) o contexto social tem um papel fundamental no processo de amadurecimento dos jovens, uma vez que estes sujeitos são influenciados diretamente nos aspectos econômicos, culturais e relacionais, que reverberam em mudanças e ressignificações na sociedade contemporânea, assim a juventude é identificada como processo singular do desenvolvimento pessoal e social que constitui o jovem como sujeito singular e de direitos.

Na esteira dos autores, tais influências, reverberam em mudanças e ressignificações na sociedade contemporânea, dessa maneira a juventude é identificada como processo ímpar no desenvolvimento pessoal e vai se constituindo como sujeito de direitos, partícipes do processo social e democrático sendo visto como constituidor do espaço coletivo.

Corroborando com a visão de socialização, Dayrell (1999) explica que o homem se constitui como ser biológico, social e cultural, que são dimensões totalmente interligadas. Ainda, para o referido autor, são as interações entre tais dimensões, que elevam o conhecimento do sujeito aos fatores culturais, promovendo, assim, o amadurecimento psicossocial de forma concreta e oportunizando uma nova forma de ver o mundo. Em outras palavras, o desenvolvimento humano está diretamente ligado aos aspectos sociológicos, psicológicos e políticos em sua formação, tendo o ambiente relacional constitutivo, corroborado com o desenvolvimento afetivo, social, cultural e emocional. Ressaltamos que, frente a esses diversos aspectos, nem sempre os fatores produzem ambientes promotores de saúde geral às necessidades típicas do período de desenvolvimento da infância, adolescência e juventude.

De acordo com o Atlas das Juventudes (2021, p. 10), aproximadamente 50 milhões de pessoas são jovens de 15 a 29 anos no Brasil, um dos maiores percentuais já registrado na

história do país. Esta estimativa é realizada a partir do recorte etário com idades entre 15 à 29 anos.

Outro documento que singulariza a juventude, tanto no perfil etário quanto nas garantias de direitos sociais advém do Estatuto da Juventude (2013), um documento legal que aduz sobre “os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)”, definindo o jovem como “pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” e assegurando a estes sujeitos os seus direitos, tais como: promoção da autonomia, participação social, reconhecimento como sujeitos de direitos universais, promoção do bem estar, respeito, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade (BRASIL, 2013).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), citada pelo Ministério da Saúde (MS) (2007), a adolescência, é definida como a segunda década de vida dos dez (10) aos dezenove (19) anos, sendo dividida em pré-adolescência dos (10 aos 14 anos) e adolescência especificadamente de 15 aos 19 anos. A adolescência é parte da juventude, que é uma fase prévia à vida adulta, perpassando assim pela preparação social para assumir suas respectivas responsabilidades, como constituir família, participar da vida produtiva profissionalmente e estabelecer arranjos comunitários benéficos a si e ao outro.

Por ser considerado um momento de transição, aprendizado e interação entre sujeitos e contexto social, a importância da sociedade neste processo se torna crucial para preparação deste jovem. Nesta legitimidade, o Art. 227 da Constituição Federal (1988) atribui alguns deveres à sociedade e à família, corroborando que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, levando em conta sua participação e inserção no que for lhe oportuno”. Este artigo descreve que cada ente social tem sua contribuição e responsabilidade no desenvolvimento do sujeito, sendo em primeira instância responsabilidade da família, seguida da sociedade e Estado.

Enveredando para os aspectos das políticas públicas para jovens, considera-se que em casos de risco físico e/ou psíquico pode ocorrer o abrigo em instituições de cuidado, objetivando a proteção destes contra as violências que por ora se instalem; cabe explicar que o Estado é o ente, na conjuntura social, responsável por zelar e gerir políticas públicas voltadas ao atendimento do sujeito em situação de vulnerabilidade social, psíquica, física e educacional, cabendo, também, a este ente federativo, empregar esforços que evitem os rompimentos de vínculos comunitários ou até mesmo o afastamento familiar.

Essas políticas públicas devem levar em consideração o contexto em que o sujeito vive como fator principal em seu desenvolvimento, outrossim, ponderar seus costumes e crenças,

para que não ocorra a segregação destes. Quando o Estado falha nessa promoção, as duas primeiras instâncias, ou seja, família e sociedade, também irão falhar, reverberando em novas institucionalizações. Cabe, apresentar o que é essa institucionalização partindo dos pressupostos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL/ECA, 1990).

Entende-se por institucionalização, uma medida de proteção excepcional, que assegura os direitos de crianças e adolescentes em caso de violações de direito no núcleo familiar; neste panorama, caso seja identificado violações de direitos, a família deverá ser acompanhada, objetivando sanar as violações existentes. No Art. 130 do ECA, a lei afirma que: “Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o **afastamento do agressor** da moradia comum” (BRASIL/ECA, 1990, p. 130). Nem sempre essa é a realidade, no desfecho dos casos, muitas vezes se concretizam no afastamento do agredido.

Nas situações em que persistirem as violações, poderá ser aplicada, pelo Conselho Tutelar (CT)¹, a medida protetiva. Apriore, atendendo a legislação, deverá ocorrer o afastamento do agressor do convívio familiar e, em última instância, aplica-se a medida de proteção de acolhimento institucional. Quando todas as demais tentativas de resolução das violações de direitos foram esgotadas, nesse caso, a criança, o adolescente ou o jovem, sendo este último o nosso foco de pesquisa, é afastado do convívio familiar, concomitante, institucionalizado, em uma das formas de acolhimento², no caso da pesquisa em ênfase/destaque, as “Casas abrigos”.

De acordo o CONANDA (2009), a Casa Abrigo consiste em um lar temporário para crianças e adolescentes que por terem seus direitos violados foram retirados do seu núcleo familiar de origem, como medida preventiva, ressaltando que se trata de medida excepcional, aplicada quando as demais alternativas foram esgotadas, neste intento em consonância com o descrito no CONANDA, destaca a casa abrigo como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até

¹ **Art. 131.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10598168/artigo-131-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>.

² Os tipos de acolhimento mais comum no Brasil, de acordo (BERNARDI, 2020, p. 26 e 27) são: **Abrigos institucional, Casa-Lar e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**. Disponível em: https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2021/03/E-book_1-LevantamentoNacional.pdf.

que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade encaminhamento para família substituta. (CONANDA,2009, p. 67)

Em destarte ao descrito, a casa abrigo é uma política pública que exerce “o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes” sendo uma modalidade que integra “os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal,” ainda acrescenta que estes serviços devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes priorizando a Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA, 2009, p. 18).

Em outras palavras, a casa abrigo consiste em instituições a qual exercem seus serviços voltados a proteção de crianças e jovens que por algum motivo tiveram que ser afastado de suas famílias de origem, ou seja subtende-se que este afastamento é temporário e ocorre somente quando o núcleo familiar está impossibilitado de cumprir suas funções de cuidado e proteção, tem seus preceitos normativos basilares o Estatuto da Criança e do Adolescente, em Araguaína esta política pública faz parte da Secretaria de Assistência Social de alta complexidade, executa suas ações voltada ao acolhimento temporário de crianças e jovens ou seja, atua como uma política pública que oferta medida protetiva em situação de abandono ou que tenham sido afastados do convívio familiar pela autoridade competente.

Se torna oportuno destacar que as casas abrigos ofertam seus serviços exclusivamente para crianças e jovens que ainda não atingiram a maioridade, ou seja, o recorte etário para permanencia no acolhimento varia de 0 a 18 anos incompletos, tem como pressuposto a viabilização dos institucionalizados ao retorno com a família de origem na sua impossibilidade encaminhamento para família substituta.

Em continuidade com as afirmativas referentes ao processo de abrigamento, segundo ECA, inciso I, do Art. 101, “fica claro que a medida do afastamento da criança ou adolescente será provisório” (BRASIL, 1990), o que não acontece em alguns casos. Ou seja, crianças, adolescentes, permanecem nos abrigos por longos períodos até atingirem a maioridade, e aquilo que seria de ordem do provisório e excepcional se torna permanente e definidor da infância e adolescência dessa população.

Para Zappe e Dell’Aglío (2016, p. 100), “as características dos diferentes contextos de desenvolvimento promovem variadas formas de viver à juventude, as quais marcam as trajetórias de vida de cada indivíduo”. Em consideração à visão dos autores, o processo de amadurecimento do sujeito pode ocorrer em diversos ambientes, porém reforçam que o

melhor lugar neste período, é o familiar, e em caso de rompimento neste processo poderá refletir de forma direta na sociedade, corroborando para “sujeitos sem perspectivas de vidas”.

Transitar por essa esfera exige que o contexto social caminhe junto com as famílias e políticas públicas. Como enfatiza Alves (2022, p.7) ao descrever que “é essencial considerar as intervenções da família e da escola”, aludindo a importância da família durante esta fase de transição que é a juventude. Reforça, ainda, que é no contexto familiar que o sujeito desenvolve as questões afetivas, a escola, por sua vez, promove espaços de socialização e encontro entre diferentes culturas, favorecendo na construção da identidade; as intervenções devem considerar a interseccionalidade de fatores, saúde, escola, sociedade e família precisam produzir um contexto que reforça o desenvolvimento das próximas gerações.

Por outro lado, Alves (2022) salienta a dificuldade que as instituições apresentam referente ao contato direto com a família, evidenciando ora a presença ora ausência, deixando assim, a desejar nas práticas colaborativas família e instituição de acolhimento. Alves (2022, p. 4) descreve que “os comandos repassados pela família perdem espaço para as influências, pois estão sujeitos à avaliação e opinião dos outros, que nem sempre são positivas e contribuem em fatores positivos”.

Levando em consideração os argumentos de Alves (2022, p. 7), podemos observar que, a partir do distanciamento familiar, os jovens se tornam vulneráveis à sociedade, fator este afirmado pelo autor que “apesar de o social oferecer oportunidades que envolvem aos aspectos de amadurecimento estes acabam sendo influenciados para outros caminhos”, ou seja, se distanciam cada vez mais de sua família.

Com a institucionalização dos jovens, acontece o rompimento de vínculos afetivos, sociais, entre outros. Segundo Rizzini (2012), quando é feito o acolhimento institucional, há a quebra de vínculos familiares, ora pela família ora pelo Estado, órgão que executa a ação. De acordo com a referida autora, a institucionalização acaba distanciando ainda mais os jovens de seu grupo familiar, uma vez que os sujeitos institucionalizados, perdem o direito de convivência familiar e comunitária, ou seja, pune-se o jovem mais que o próprio agressor.

Na esteira de Silva (2010, p. 16) “[...] ao passarem grande parte de sua infância e juventude abrigadas acabam se tornando filho do governo”. Acredita-se que, se por um lado, a institucionalização pode proteger, instruir, preparar para a vida, por outro, acaba rompendo vínculos familiares e sociais, os quais poderão ser rompidos novamente no processo de desabrigamento, principalmente quando o desligamento se dá em razão da maioridade. Completar dezoito anos e ter que se desligar da casa de acolhimento, único lar nos últimos anos, funciona como uma inserção social forçada sem apoio familiar, institucional e ou

estatal. A idade define nesse caso o “abandono” e a retirada da “proteção social” dada até então.

Ao compreender a infância e a juventude como formativa humana numa sociedade, entende-se que a política que protege é a mesma que fragiliza e coloca para “fora de casa” cidadãos esmaecidos pela própria história pessoal e social. Tem-se então como foco de pesquisa a contextualização desses jovens (15 a 29 anos) institucionalizados e os efeitos do desabrigoamento para aqueles que foram desligados por maioria na casa de Acolhimento da cidade de Araguaína-TO.

Como recorte temporal se tem o ano de início de oferta dos serviços na cidade de Araguaína-TO, sendo 2008 o ano em que foi realizado o primeiro acolhimento e 2022, ano que se iniciou esta referida pesquisa. O município de Araguaína pertencente ao Estado do Tocantins, Localizado na região Norte do Brasil é pertencente à Amazônia legal, segundo dados divulgados pelo (IBGE, 2022), sua população é composta por 171.301 pessoas, que comparado ao último censo realizado em 2010, denota-se um aumento populacional de 13,83%, é considerada a 2º cidade mais populosa no ranking de população dos municípios, ficando atrás apenas da cidade Palmas, que atualmente atingiu 302.692, pessoas ou seja elevando seu percentual para 32,57%, fazendo com que ocupe o primeiro lugar no quesito populacional (IBGE, 2022).

Mendes (2020, p.75), ao observar os serviços de acolhimento em Araguaína, durante os anos 2008 a 2019, afirma que: “houve 824 institucionalizações nas casas abrigos em Araguaína, desta, 240 foram adolescentes e jovens”.

Um número que representou o segundo maior público acolhido e que merece ser conhecido, através de pesquisas. Em conseguinte Cruz (2022, p. 117) realiza estudo na mesma unidade de acolhimento, onde vem descrever o panorama da primeira infância referente aos anos de 2008 a 2021, a autora realça que “foram realizadas 352” institucionalizações entre crianças de (0) zero a (6) seis anos de idade, ainda afirma que “o abandono, descrito neste estudo como um abandono parental, corresponde a um dos motivos de acolhimento” observando estas rupturas na primeira infância, segundo a autora, estes fatores impulsionam de forma negativa o desenvolvimento da criança reverberando no afastamento do meio familiar e sequelas por serem afastados precocemente (CRUZ, 2022).

Dessa forma, justifica-se a necessidade em conhecer esse público e mais sobre o processo que envolve o desligamento dos jovens que foram desabrigados por atingirem a maioria e os respectivos rumos tomados após o desabrigoamento, uma vez que ao atingirem a maioria passam a não serem mais protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para sustentação teórica filiamo-nos ao conceito de Necropolítica³ desenvolvida por Achille Mbembe (2018) e o Juvenicídio⁴ por Rocha (2020). Achille Mbembe associa as formas de políticas públicas utilizadas ao longo do desenvolvimento da sociedade que ao invés de promover a proteção aos direitos do sujeito, acaba sendo uma política de morte, que mata o sujeito ainda que o corpo permaneça vivo. Autor com base foucaultiana, trabalha a noção de controle dos corpos, sobretudo dos negros, demonstrando que parte das ações estatais se configuram como necropolítica, justamente, por selarem de forma estruturada, o futuro de determinadas populações.

Foucault (2008, p. 3), define o biopoder como uma forma de segregação entre sujeitos, ou seja, define quem importa ou não para fazer parte da sociedade; onde o soberano determina o destino dos “fracassados”, pelas linhas de forças definidas como, “ciências biomédicas e pelas biotecnologias”. Assim as segregações partem de dentro do contexto social e das regras postas decidindo quem acessará as políticas públicas que apregoam equidades de direitos perante a vida, esclarece ainda o biopoder como “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, concomitantemente estas decisões estão atreladas sobre quem vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder”.

Levando em consideração as ideias centrais da necropolítica e biopoder, supõe-se que o contexto do acolhimento institucional pode se configurar como uma política pública que se encaixa na política de morte, explanada por Mbembe (2018) e Foucault (1999), uma vez que esta é assegurada pela esfera do Estado que exercem o poder e soberania sobre jovens institucionalizados, condicionando-os a um contexto de morte, devido se tratar de uma excepcionalidade, retira o sujeito de seu lugar de origem, do núcleo familiar, mantém-o vivo, mas pode causar-lhe a morte subjetiva, ou seja dos “laços afetivos e sociais”, por exemplo.

Para corroborar com essas ideias tem-se o conceito de Juvenicídio trazido por Rocha (2020, p. 13). A autora transcreve uma política “excludente, que negligencia os direitos sociais e humanos vivido por jovens”. Alude fatores econômicos que reverberam em segregação e repulsão dos jovens em ter acesso as políticas públicas, explicitando que a

³ O termo “Necropolítica” refere-se ao poder de decisão da esfera Estatal que especifica “quem pode viver e quem deve morrer”. Este poder superior, que exerce o controlar no contexto social, separa grupos, exaltando os que importam e excluem os considerados descartáveis ao meio social (MBEMBE, 2018).

⁴ A terminologia “Juvenicídio”, caracteriza a população jovem, porém exerce o construto dualista, que reverbera em decidir qual o jovem é Digno de acessar as políticas públicas de Estado e quais os jovens são os excluídos ao ponto de serem vistos como inimigos da sociedade, sendo estes, também, considerados a classe “preta e pobre” (ROCHA, 2020).

carnificina se encontra na esfera composta por “jovens, negros e pobres”, o debate contribuirá para compreender como fatores racistas e preconceituosos coadunam em exclusão e morte do sujeito no contexto social e psicológico, complementando a necropolítica e o biopoder.

Assim a pesquisa objetiva analisar o perfil de jovens que passaram pela casa abrigo e os processos de desabrigo por maioria na Casa de acolhimento em Araguaína-TO, no período de 2008 a 2022, buscando conhecer a desinstitucionalização a partir dos próprios sujeitos. Tendo como objetivo específico: analisar os percursos do processo de reinserção social dos jovens institucionalizados ou que já passaram pelos abrigos, considerando o modo como as oportunidades sociais aí se apresentam; traçar o perfil do jovem institucionalizado nas casas abrigo em Araguaia –TO; conhecer a trajetória de vida, os aspectos de acolhimento e quais fatores foram relevantes para o desabrigo.

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre a temática que envolve o desligamento de jovens por maioria de casas abrigos visando identificar pesquisas que abordem o assunto e em quais temáticas de pesquisa estão direcionados. Para tanto, foi feita uma busca na base de dados do Google Acadêmico, da Plataforma Capes — Teses e Dissertações e da Scielo utilizando, respectivamente, os seguintes descritores: "casa de abrigo" and "jovens" and "desligamento"/ casa de abrigo / casa de abrigo desligamento.

Neste processo, foram identificadas 14 pesquisas envolvendo a temática do objeto de pesquisa. A análise dos resultados das pesquisas permitiu avaliar e evidenciar que ainda há poucas pesquisas que abordam a temática de “desligamento por maioria. Foi possível identificar que as pesquisas estão direcionadas tanto para o jovem enquanto acolhido na casa de abrigo e os traumas voltados a destituição do poder familiar, quebra dos vínculos afetivos quanto a falta de oportunidade e dificuldade de inserção no contexto social seja por fatores econômicos ou insegurança dos pós desabrigo.

Neste interim, identificou-se que as pesquisas voltadas a este tema tiveram início nos anos 2000 e reverberam até a atualidade. Oliveira (2000) realça sobre os jovens que viviam nas ruas e que passaram pela instituição de acolhimento, tendo enfoque singular sobre as oportunidades as quais se apresentam no contexto social, chegando as conclusões que estes jovens não têm acesso as políticas públicas necessárias que asseguram os direitos básicos para a vida, tendo como única alternativa retornar para as ruas. A autora, em destarte, reformula que estes fatores estão diretamente ligados a questões econômicas.

Neste sentido, Ricardo (2019) vem corroborar com a mesma linha caracterizando os jovens que passaram pelas casas abrigos como “sem-abrigo” com enfoque na reinserção social destes. Alves (2022) acrescenta sobre o perfil dos jovens, evidenciando que estes

passaram por situações traumáticas tais como: abusos, perdas dos pais e espancamentos destacando que estes traumas afetam diretamente a sustentação afetiva.

Honorato (2011) e Silva (2010) se debruçaram sobre a temática que envolve a preparação do jovem para o desabrigoamento por maioria. Os autores apontam que estes jovens passam por momentos de insegurança e falta de um planejamento de vida, salientam ainda sobre o desligamento por maioria que é realizado obrigatoriamente, ou seja, mesmo que estas instituições são consideradas como acolhedoras ainda lhes falta a preparação do jovem para conviver em sociedade de forma crítica e emancipatória.

Considerando o exposto, o presente trabalho tem relevância acadêmica por apresentar a instituição de acolhimento e os serviços voltado a preparação dos jovens para serem desligado por maioria, oportunizando aos próprios jovens falarem sobre as experiências vividas na instituição e quais fatores foram relevantes para a vida pós o desabrigoamento.

Em linhas gerais, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações Finais. O capítulo inicial apresenta a história das políticas públicas para jovens, falamos sobre a história e surgimento das políticas públicas desde o período colonial demonstrando os avanços e principais causas até chegar à atualidade como também a definição do que é política pública; abordamos também a contextualização dos jovens na região norte do Brasil, na Amazônia Legal e no Estado do Tocantins. O segundo capítulo conceitua a necropolítica como um modo de determinação e de controle social e o Juvenicídio como definidor de futuro. No terceiro capítulo temos o percurso metodológico, seguido da apresentação dos resultados.

1 HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS NO BRASIL

“Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo” (MBEMBE, 2018, p. 17).

O texto apresentado como epígrafe desse capítulo, leva a reflexão das bases políticas e das definições que se assentam nas escolhas de quem e como atender e seus efeitos na vida humana. O debate gira entorno da ideia de que uma das políticas de proteção à infância e ao adolescente, considerada das mais avançadas no mundo, acaba por produzir efeitos deletérios que determinam o destino e a vida de jovens já vulneráveis.

Ao refletir sobre as políticas públicas destinadas ao atendimento às crianças e jovens no Brasil, requer uma visão holística sobre a temática; a trajetória perpassada até a atualidade evidencia a secular tendência do Poder Público em manter as contradições, já que nos preceitos apregoados estão voltados a seguridade de direitos, entretanto com caráter imediatistas e paliativas.

Dessa forma, alguns aportes teóricos podem ser usados para conceituar a política pública para jovens, destacando o caminho perpassados até chegar à atualidade. Neste panorama recai a importância desta definição, uma vez que denota a relevância da política pública no contexto social, e esta poderá invisibilizar e segregar sujeitos corroborando para um contexto de “morte e repulsão, advinda da esfera superior a qual controla e define quem deve fazer parte e conviver em sociedade” (MBEMBE, 2018, p. 17).

A visão de Dias e Matos (2015, p. 3) reporta a política pública adjetivando de acordo o campo de atuação, assim podemos nos direcionar para a política de “educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal e etc, ou seja, a política pública está voltada ao campo de produtos de ações que têm efeitos no sistema político social”, já Sousa, (2002, p. 4) diz que “política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”, ainda complementa sua definição apresentando os respectivos questionamentos, “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”, neste momento podemos identificar que a política pública deixa de lado as questões sociais conflituosas e traçam um olhar específico voltado a aquisição de poderes econômicos.

No que se refere as políticas públicas para jovens, foi em meados do século XVIII segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 23) “que surgiu uma das primeiras modalidade de atendimento a bebês abandonados de longa duração identificado como Rodas de Expostos”, ainda no período colonial regida pela Santa Casa de Missionários, a instituição atendia

crianças, objetivando que o índice de abandono fossem reduzidos, e os bebês que antes eram deixados nas ruas ou abandonados nas portas das igrejas por mães que não tinham possibilidades de criarem seus filhos, estes teriam uma chance de serem criados e educados, através de ensinamento religiosos. Outro aspecto das rodas de expostos, ainda na visão das autoras, é a não identificação dos genitores, uma vez que estas crianças eram deixadas em um “artefato de madeira giratória” que circulava para o interior da casa, evitando assim a identificação de quem os deixassem ali.

Neste paradigma, Arantes (2010, p. 9) fórmula que a não identificação daqueles que abandonavam os bebês se justificava diante da tênue “preservação da honra das famílias e evitaria os abortos e os infanticídios de filhos indesejados ou ilegítimos, uma vez que o dispositivo da Roda mantinha o anonimato de quem depositava a criança”, ainda, acrescenta que, o Brasil foi o último país a abolir este modelo, por acreditar que com o fim aumentaria os índices de abortos e infanticídios. Em outras palavras, o Brasil persistia com a ideia de que as crianças órfãos, carentes e delinquentes ou como eram caracterizadas, teriam que ser retiradas das ruas e colocadas em abrigos.

Até 1980 os estabelecimentos eram chamados de “internato de menores terminologia utilizada para designar todas as instituições de acolhimento, provisório ou permanente, voltadas ao atendimento de órfãos, carentes e delinquentes, mantendo a concepção de confinamento.” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 45). As autoras reforçam que foi a partir desta época que iniciou os questionamentos sobre as formas de institucionalização, advinda dos processos de redemocratização do país.

Ainda, as autoras destacam fatores que influenciaram para esta mudança através da manifestação e participação popular no período pós ditadura e “elevados custos para manter os internatos devido a agravo psicológicos das crianças, interesse profissional de distintas áreas para atuação neste campo e os protestos de meninas e meninos internados” expostos nas mídias. Fato histórico que gerou a discussão e reelaboração do artigo 227 inserindo crianças e adolescentes, nos preceitos protetivos da Constituição Federal de 1988 como destacado por Rizzini e Rizzini (2004, p 46).

A pressão pelo fechamento dos grandes internatos aumentou, acompanhando tardiamente o movimento internacional de revisão das políticas de atendimento baseadas nas instituições totais, como os internatos para crianças e adolescentes e os manicômios (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 47).

Neste interim para que ocorresse o processo de fechamentos destas instituições perpassaram-se 20 anos, e só vieram a ser redemocratizados pós a ditadura civil-militar,

diante do construto institucionalista, foram surgindo várias modalidades que viesse a ser consideradas como fatores de proteção a crianças e jovens do país, porém eram modificadas de acordo com cada época, Kerbauy (2007, p. 155) frisa que desde o período colonial, foram sendo criados no país “colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época”.

Em consonâncias aos atendimentos realizados por estes locais que ofertavam os serviços voltados a proteção de crianças e jovens, como destacado por Kerbauy (2007, p. 155) “mantinham seus atendimentos em caráter assistencialistas na tentativa de retirar crianças e jovens das ruas” mascarando e mantendo o problema longe dos olhos da sociedade.

Em contrapartida, Melim (2012) reformula que durante este período, a assistência voltada ao atendimento de crianças no Brasil foi marcada por fatores negligenciais, destinados apenas para preparação ao trabalho, neste viés:

As crianças índias eram catequizadas enquanto aprendiam a trabalhar; os pequenos escravos, desde muito cedo, passavam a servir aos seus senhores; as crianças abandonadas recebiam “proteção” das Santas Casas de Misericórdia até os sete anos de idade e depois eram entregues para o trabalho; as crianças órfãs eram destinadas aos asilos, onde aprendiam a desenvolver o sentimento de amor ao trabalho (MELIM, 2012, p. 168).

Ainda dentro da visão da autora, o Brasil passara por uma época de industrialização, em consequente estas crianças eram preparadas para exercer funções laborais, que de acordo a ideologia social “o trabalho era o único bem para as camadas empobrecidas” (MELIM, 2012, p. 168).

Corroborando com Kerbauy (2007), Rizzini e Rizzini (2004, p. 47), reforçam que a história sobre a política pública para jovens foi marcada por uma secular desigualdade social, tendo como fator ímpar o “assistencialismo como justificativa para dor alheia”, contribuindo dentro do mesmo viés para o descompasso no acesso as oportunidades socioeconômicas. Com o fim das rodas outras políticas públicas foram surgindo, suas nomenclaturas modificadas e os atendimentos especificados.

Em 1964, segundo Miranda (2020,) surge então a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), instituída pela Lei de nº. 4.513, “órgão destinado formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional,” o autor traça o panorama da historicidade das políticas públicas que seria para formar o futuro jovem brasileiro, Miranda (2020, p. 154) evidencia “um cenário político marcado pelo atrelamento

do Brasil ao contexto internacional, pautado pela lógica do Estado-provedor, responsável pela condução da vida das crianças e dos adolescentes e de suas famílias”.

Neste intento como reformulado por Miranda (2020, p. 152), a FUNABEM emerge em caráter investigativo dos problemas, arraigados na sociedade pelos 20 anos anteriores, ficando como responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas sociais voltadas a infância e juventude no Brasil, que no atual momento era vista como objeto de intervenção devido as variadas formas de serem visto no construto de sua história, interpelada pelas “disparidades sociais e da segregação de classes”.

Outro ponto elencado ainda na visão do autor referente aos preceitos da FUNABEM, era respectivamente a “institucionalização disciplinadora”, que ocorria após as alternativas em manter estas crianças e jovens no contexto familiar tivessem sido esgotadas, esta inovação mantinha em sua retórica a promessa da mais nova metodologia de trabalho assistencial voltada a crianças e adolescentes brasileiros, afirmativa que vai ao encontro de Daminelli (2022) quando realça que:

Quando, efetivamente, não houvesse alternativa que não a tutela integral da criança e do adolescente pelo Estado, a Funabem idealizou uma institucionalização disciplinadora, que serviria tanto ao propósito de encaminhar os tutelados a assumir seu lugar no universo social e laboral, quanto ao de demonstrar, através do internamento enquanto excepcionalidade modelar, a eficácia de seus métodos e estratégias psicossociais. (DAMINELLI, 2022, p. 117).

Subtende-se, no entanto, que estes tutelados eram crianças e adolescentes, considerados não pertencentes ao meio social, e restava apenas a institucionalização para que pudessem retomar seu lugar, isso só seria possível após um período de preparação interna, advinda das estratégias disciplinadoras capaz de remodelar o sujeito, idealizando a reestruturação psicossocial como também, a preparação para o trabalho, ainda pela autora, a instituição mantinha-se a promessa sempre “ligada ao futuro”, ou seja algo que poderia vir a ser, Daminelli (2022, p.123) acrescenta em termos conclusivos que a FUNABEM “depreende-se, de sua apresentação, que ainda não havia se construído a contento, daí que se lance ao futuro em promessa: vai proteger, vai estimular, vai ser, vai cuidar, vai dar, enfim, vai atualizar”.

Neste paradigma apresentado por Daminelli (2020, p. 123) constata-se um panorama voltado ao menor subjetivado por institucionalizações, ou seja, órgãos com iniciativas em mantê-los fora da sociedade, em que a criança ou adolescente sob a tutela do Estado deveria permanecer sobre um disciplinamento constante e as instituições tinham o “dever de correção

das deformidades e comportamentos inadequados, com o idealismo de formar indivíduos uteis para sociedade”.

Fernandes e Costa (2021, p. 31) retratam sobre o cenário histórico na busca por direitos sociais a criança e ao adolescente destacam que esta historicidade vai sendo marcada e defasada ao longo de sua trajetória assim “a revisão histórica demonstra que com o acirramento da crise econômica e política da década de 1980 e o anseio pelo estado mínimo a FUNABEM foi sendo repassada de um ministério a outro até perder a sua identidade”. Acrescentam, ainda que, a FUNABEM que teve início em 1964 e sua história marcada pelo controle social, segregação de crianças e jovens, traçando um modelo disciplinar como forma de rearticulação para ocupar um novo lugar na sociedade, chegando ao fim em meados de 1990, fulcro de manifestações realizadas por meninos e meninas que reivindicavam seus direitos.

Becher (2011, p.15), corrobora sobre estas transformações, descrevendo sobre o retrocesso, avanços e as marcas deixados sobre a infância e juventude no Brasil. Para que este público fosse visto como sujeitos de direitos, transcreve então que, antes crianças e adolescentes eram visto como “delinquentes, bastardo ou como um problema para o contexto social, e após as reivindicações que levaram a reformulação e surgimento de novas leis de aparo a este público, hoje passa a ser visto como sujeito de direitos”.

O ápice dessas transformações se dá com a promulgação do Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) que, trabalhando com a noção de “Proteção Integral”, passa a entender a infância e a juventude como portadoras de direitos, e não como sujeitos passíveis de criminalização (e penalização) pela situação social em que se encontravam (BECHER, 2011, p. 15)

Na visão de Perez e Passone (2010, p. 650) “paralelamente, constitui-se no país uma noção particular de infância e adolescência que protela políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente como direitos de cidadania até a década de 1980”, este cenário foi se modificando no decorrer da história e com “a proclamação da Constituição Cidadã de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) um novo olhar se concretiza para este público”, dentro desta esfera é descrito sobre os direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção, alterando assim o paradigma e as formas de acesso a políticas públicas.

Foi em 1990 que surge então o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) atual lei que rege os direitos constitucionais voltado a crianças e adolescente, e que tem como objetivo

a proteção dos direitos da criança e do adolescente como transcrito no Art. 3º, onde apregoa que.

A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Torna-se oportuno enfatizar que com o surgimento do ECA, crianças e adolescentes passam a serem vistos como ser pertencente a conjuntura social, é considerado como sujeito dignos e em transformação podendo então conviver em sociedade e gozar das políticas públicas para se protagonizarem como ente social.

De acordo com a própria lei, em seu Art. 2º a criança e definida como “a pessoa até doze anos de idade e adolescente aquele entre 18 anos de idade” (BRASIL, 1990). Ao que se refere os descritos no Art. 2º desta lei fica eminente a classificação etária específica para este público juntamente com o reconhecimento e garantias de direitos, neste panorama, Castro e Macedo (2019, p. 17) vem acrescentar que “o ECA consegue ultrapassar a visão de assistencialismo para a afirmação de direitos, a de delinquência para a de proteção integral”, ainda dentro da visão dos autores, outra barreira que se rompe é da “diferenciação entre as crianças e adolescentes que vivem ou não em vulnerabilidade”.

Após 33 anos do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Juventude lei de Nº 12.825 de 5 de agosto de 2013, sancionado pela Presidência da República, “Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)”, oriundo de reivindicações históricas no campo da política pública de juventude, altera-se então o Art. 227 da constituição federal, inserindo o termo jovem para os sujeitos entre 15 a 29 anos de idade.

O Estatuto da Juventude vem romper com uma barreira estigmatizada, no âmbito da política pública para jovens no Brasil, tendo suas raízes voltada ao assistencialismo, segundo Castro e Macedo (2019, p. 11) “no que se refere ao campo das políticas públicas de juventude, a visibilização temática é central para a sua consolidação, mas sem dúvida o marco é a mudança de paradigma de juventude em situação de risco para juventude sujeito de direitos”, fator responsabilizando agentes públicos e privados que tiverem envolvidos com a política pública a zelar pelos direitos descrito no Estatuto da juventude seção II das diretrizes gerais.

Zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto (BRASIL, 2013).

Neste viés, as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, atuantes nos termos constituintes do Estatuto da Juventude, serão entidades responsáveis por gerir estratégias de reinserção de jovens ao meio social, capaz de consolidar a continuidade da vida de forma que estes tenham acesso ao trabalho, educação e viverem em liberdade.

Silva, Barbosa e Sousa (2006, p. 54) afirmam que, “o governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas. A sua urgência é geralmente com projetos temporários e do tipo assistencialista, pontual e excludente”. Na visão dos autores percebe-se que a política direcionadas aos jovens são de cunho assistencialista, ou seja, os direitos precisam ser negligenciados para que o jovem seja alcançado e a esfera governamental possa intervir de maneira fragmentada sobre estes, exercendo assim, não um leque de oportunidades, mais prevalecendo de forma superior que direciona estes como dependentes de ação coercitiva do governo, exercendo o papel superior por se tratar de uma demanda assistencialista.

O IBGE (2021) elucida que o momento pandêmico no Brasil provocado pelo surto da COVID-19⁵, durante os anos 2020 e 2021, foi um forte fator que influenciou em desigualdade social, uma vez que dados revelam números acrescidos de jovens em evasão escolar, e fora de algum vínculo empregatício que gerasse renda, ora por não estarem qualificados para exercer atividades laborais, ora por não terem a oportunidade de serem inseridos no mercado de trabalho.

Os dados Brasileiros, evidenciam que no primeiro ano de pandemia, em relação ao ano anterior 2019, o número de jovens que não estudavam nem exerciam atividades laborais remunerativas subiram de 24,1% em 2019 para 28,0% em 2020, em 2021, o percentual de jovens entre 15 a 29 anos houve um declínio mínimo passando assim de 28,0% para 25,8%, ou seja, 12,7 milhões de jovens se encontram em evasão escolar e fora do mercado de trabalho. Para esta análise foram utilizados os dados da “Pesquisa Nacional por Amostra de

⁵ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. A epidemia começou na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, mas rapidamente se espalhou para o mundo. As principais teorias levantadas incluíam o contato entre um ser humano e um animal infectado e um acidente em um laboratório na China. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>

Domicílios” (PNAD), divulgado pelo (IBGE, 2021) mostrando que esta população jovem estava fora da escola e sem exercer atividades laborais remunerativas.

Avançando com os demonstrativos de desigualdades sociais atrelados a fatores econômicos e evasão escolar por regiões mais afetada, singulariza-se que o impacto da pandemia para o grupo etário de jovens de 15 a 29 anos, foram fatores excludentes, afetando diretamente no construto de protagonização social.

Conforme dados divulgado pelo IBGE as regiões mais afetadas no período entre 2019 e 2020, foram a regiões Norte e Nordeste com percentuais acima da média totalizando cerca de 25,8% de jovens nestas regiões, ainda se torna oportuno trazer com especificidade dentre estes jovens as questões voltadas ao gênero e cor que se tornam fatores excludentes e marcas inequívocas de necropolítica e Juvenicídio; neste panorama, uma vez que os dados demonstram 12,7 milhões de jovens entre 15 e 29 anos “mulheres de cor ou raça preta ou parda representavam 5,3 milhões. Enquanto o gênero masculino representava 3,0 milhões e a classe considerada não preta dentre o gênero masculino e feminino era apenas representada por 1,6 milhões de brancos (IBGE, 2021).

Ao olharmos para contemporaneidade se torna perceptível no âmbito da política pública um grande avanço, um dos marcos mais importante veio na década de 80 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, segundo Mendes (2020, p. 155) afirma que está temporalidade ficou marcada pelas “discussões dos direitos humanos”, porém, ainda necessita de vários ajustes, principalmente ao olhar para as ações direcionadas para a população que se encontra em vulnerabilidade onde em aspectos singulares ainda está atrelada ao controle social podendo ser vista nos dados que revelam a segregação por fatores voltados a classe econômica, raça, cor e gênero descrita anteriormente.

Sposito e Carrano (2003, p. 18) afirmam que “as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas, poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações” os autores trazem uma crítica sobre a forma massiva que a sociedade negra e pobre vem sofrendo, perpassam a ideia do “conhecer para atuar sobre a sociedade”.

Assim para que a política pública possa atender as necessidades desta população, será necessário conhecer o cenário a qual os jovens estão inseridos e elaborar proposta não isoladas, mas que envolvam o contexto familiar como um todo. Ainda na visão dos autores sobre as políticas públicas caracterizam como um terreno conflituoso, enfatizam que mesmo neste panorama, a esfera governamental pode ser capaz de elaborar estratégias que possam pensar no todo e não de maneira isolada, Sposito e Carrano (2003) salientam que.

Nesse terreno conflituoso existe a possibilidade da elaboração de políticas que contrariem as orientações dominantes e redutoras da complexidade dos fenômenos sociais. É preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 37).

Neste interim, de dominação e ações socioassistencialista para com os jovens, Sposito e Carrano, traçam uma nova reconstrução advinda da forma de ação da esfera dominante, podendo ser uma das alternativas para diminuição da Necropolítica e do Juvenicídio no Brasil, uma vez que para os autores a política pública deve ser pensada não como uma forma assistencialista ou direcionadas as camadas que se encontram em vulnerabilidade, mas deve ser atribuída a todos como forma de liberdade, acesso à educação, saúde dentre outros direitos que são capazes de zelar pela equidade humana.

1.1 Políticas Públicas para jovens na Região Norte do Brasil, Amazônia Legal e Estado do Tocantins

No contexto histórico sobre as políticas públicas para jovens no Brasil reportamos uma série de avanços e estereótipos sobre esse público, tendo sua nomenclatura estigmatizada, como transcrita por Becher, (2011, p. 14) ao destacar as instituições como “meros depósitos de internados”, outro fator que leva à descrição da história de políticas públicas para a juventude na região norte do Brasil, Amazônia legal e Estado do Tocantins, é a trajetória, marcada por lutas e conquistas até chegar no Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e Estatuto da Juventude, atual política pública que assegura os direitos constitucionais no Brasil para o público considerado jovem, de acordo suas expressividades e recorte etário.

Perpassando por grandes mudanças que podem ser lembrados pela forma como os jovens eram vistos, ora como uma fase de “desobediência, insegurança ou de transição” que não eram dignos de respeito, Garcia (2020, p. 8) salienta sobre as características dos jovens da atualidade trazendo resquícios que foram adquiridos durante o contexto histórico expressando a insegurança juvenil atrelado as incertezas que se cristalizou na sociedade atual, neste interim corrobora que:

Sendo assim, pode-se considerar a juventude como resultante de uma vivência em determinado período histórico e social, que traz os dados da cultura onde ela é estabelecida e o tempo pelo qual ela é concebida. Imersos nos conceitos hegemônicos da sociedade contemporânea, depara-se com jovens assustadoramente inseguros e bravamente imediatistas. A imagem do jovem que se cristalizou na sociedade atual traz uma forte característica de metamorfose, de aglutinação, de

inconstância, de incerteza e de desvinculação, enquanto representação de uma categoria fragilizada e vulnerável (GARCIA; 2020, p. 8).

Diante dos apontamentos de Garcia (2020) as características adquiridas durante o construto histórico, demonstra jovens inseguros e imediatistas algo intrigante uma vez que estes resquícios ainda soam na atualidade carecendo então de novas reestruturações no âmbito de assegurar os direitos destes para que possam de fato serem considerados como pertencentes ao meio social. Na visão de Abrano (2019), em termos recentes traz a luz que a política pública é direcionada as camadas mais vulneráveis diretamente aos grupos “negros e pobres vulneráveis expostos a riscos e transgressão”, ainda acrescenta que as iniciativas para este público são de caráter pontuais e de curta duração tendo como foco a “inclusão social da juventude no mundo do trabalho”. Abrano (2019):

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho. (ABRANO; 2019, p. 49)

A região Norte do Brasil é formada por 9 Estados que fazem parte da Amazônia legal dentre eles estão: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, destarte significativo uma vez que o lócus da pesquisa está em Araguaína-TO, um dos municípios pertencentes a Amazônia legal como transcrito pelo (IBGE, 2020).

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (IBGE; 2020).

Dos nove Estados destacados, Bernardi (2020, p. 22) aponta que, 7 deles ofertam serviços voltados ao acolhimento de crianças e adolescentes, totalizando cerca de 41 unidades distribuídas denominadas como Abrigo institucional, Casa-Lar e Famílias Acolhedoras, nos respectivos Estados, “Acre com 4 unidades, Amapá com 1, Amazonas com 2, Pará com 24, Rondônia com 2, Roraima com 1, Tocantins com 7,” dentro da visão do autor os Estados

como maior índices de serviços voltados ao acolhimentos institucional está localizado na região do Pará e Tocantins, totalizando cerca de 31 unidades de acolhimento nestes 2 Estados.

Bernardi (2020, p. 26) realizou uma pesquisa dos dados divulgado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referente aos anos 2019 e 2020, onde vem destacar os serviços de acolhimento mais comum no Brasil, a autora realça que em 2019 haviam “aproximadamente 3.181 serviços de acolhimento distribuído em 2010 municípios, localizado nas cinco regiões do país, sendo 2000 Abrigos institucional, 759 Casa-Lar e 380 Família Acolhedora”, estas abrigavam “cerca de 33.032 crianças/ adolescentes”, já em 2020 referindo se as unidades de acolhimento, este número decaiu para 1.327, sendo identificadas apenas 870 na modalidade Abrigo Institucional, 260 Casa-Lar e 163 Família Acolhedora.

Bernardi (2020) destaca que a crianças e adolescentes são afastadas de suas famílias e passam a conviver provisoriamente em instituições que apregoam assegurar os direitos constitucionais, sendo realizado este afastamento quando houver risco de integridade física e psíquica, destacando que.

Entre as medidas de proteção à infância e juventude, destaca-se o acolhimento (institucional ou familiar) que, pressupõe o afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e de sua comunidade de pertencimento, provisoriamente, até que seja possível seu retorno protegido à família. Por sua natureza excepcional e transitória, a medida é aplicada em situações nas quais a permanência da criança ou adolescente na família é percebida como uma condição de risco a sua integridade física e psíquica, exigindo ações protetivas e reparadoras, capazes de interromper o ciclo de violações (BERNARDI; 2020, p. 125).

Vale ressaltar que diante dos dados divulgados por Bernardi (2020) apesar de haver uma redução entre os serviços de acolhimento, as modalidades Abrigos institucional e Casa-Lar, são as mais comuns, ou seja, são as que apresentam maiores números percentuais.

A tabela 1 demonstra os serviços de acolhimento existentes no Brasil nas respectivas características de Bernardi (2020) em que a autora, vem descrever os tipos mais comuns no país e suas nomenclaturas: “Abrigo institucional, Casa-Lar e Família Acolhedora”, ainda destaca os números em percentuais destes serviços incluindo, o número da pesquisa em destaque.

Tabela 1 - Demonstra os serviços de acolhimento existentes no Brasil

Brasil – Serviços de acolhimento 2019 – 2020				
Modalidades de Acolhimento	Nº de serviços respondentes 2019	Percentual relativo entre as modalidades Censo SUAS	Nº de serviços respondentes 2020	Percentual relativo entre as modalidades Censo SUAS
Abrigo Institucional	2.000	62,3%	870	65,6%

Casa-Lar	759	23,5%	260	19,6%
Família Acolhedora	380	13,1%	163	12,3%
Outros	42	1,3%	34	2,5
Total	3.181	100,00%	1.327	100,00%

Fonte: Bernardi (2020, p. 26) adaptado pelo autor, 2024.

Afunilando para o campo de pesquisa na região Norte, o estudo dentre as modalidades de serviços institucional apresentada, o quadro a seguir demonstrará as tipificações de cada serviço, descrito de acordo o serviço socioassistenciais e do conselho nacional de Assistência social (CNAS)⁶, ainda se torna oportuno destacar as principais diferenças entre as modalidades em destaque levando em consideração as Orientações Técnicas para os Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes, em consonância com (CNAS, 2008, p. 39) destaca que “a principal diferença entre a modalidade Casa-Lar e o Serviço de Acolhimento Institucional, está na forma de reorganização de seus profissionais, e a estrutura do equipamento”.

Ou seja, ambas modalidade possuem profissionais que compõem a equipe técnica com formação em nível superior em “psicologia e serviço social”, articulam seus serviços em promover a autonomia e convívio familiar , portanto as Casas-Lares são compostas por educador residente, prioritariamente um casal que permanecerá dia e noite na residência, sua capacidade máxima de abrigamento é no máximo 10 crianças e adolescentes, já o abrigo institucional sua estrutura habitacional é maior e têm capacidade máxima de acolher até 20 crianças e adolescentes, que ficam sobre a supervisão de cuidadores no período noturno.

Quadro 1 - Modalidades mais Comum de Acolhimento no Brasil.

Modalidade de acolhimento	Definição⁷	Público-alvo	Número Máximo de Usuários por Equipamento
Abrigo Institucional	Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva.	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo.	20 crianças e adolescentes.
Casa-Lar	O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de	10 crianças e adolescentes.

⁶ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. (Brasília, 2009, p 67 a 83)

⁷ Conforme Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, § 1º - O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

	– em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo	abrigo.	
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetivas.	crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, que estão em medida protetiva.	Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, quando esse número poderá ser ampliado.

Elaboração autor/ 2024.

Pormenorizando os dados divulgados por Bernardi (2020), cabe ressaltar que as modalidades mais comuns entre as três citadas são as “Casas-Lares e o Abrigo institucional, totalizando aproximadamente 1.130 unidades, que corresponde cerca de 87,4% dos serviços voltados para o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil” deste total 47 unidades estão localizadas na região Norte, sendo 42 na modalidade Abrigos institucional e 5 na modalidade Casas-Lares (BERNARDI, 2020, p. 44).

Levando em consideração a distribuição por região de acordo as modalidades de acolhimento e o lócus da pesquisa, segundo dados disponibilizados pela Corregedoria⁸ Geral da Justiça Estado do Tocantins e o Sistema Nacional de Adoção (2023), demonstram que das 47 unidades de acolhimento existentes na região norte, 21 delas estão no Estado do Tocantins, sendo localizadas nos respectivos municípios “Araguaína, Augustinópolis, Divinópolis, Guaraí, Gurupi, Marianópolis, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Palmas, Pugmil e Xambioá”, destacam ainda que 14 unidades são destinadas ao acolhimento institucional e 7 na modalidade família acolhedora.

Em destarte ao público jovem o qual é o ponto chave desta pesquisa se torna oportuno apresentar o perfil, preliminarmente, nos preceitos do “gênero, raça, cor e grau de escolaridade, assim partiremos dos dados demográficos a nível de Brasil, Região Norte, Tocantins e Araguaína. A tabela 2, expõe dados numéricos e percentis alusivos a esta tônica.

⁸ A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário, tem suas atribuições regulamentadas em leis e resoluções, possuindo uma atuação voltada para o controle, a orientação e a fiscalização dos serviços judiciais e extrajudiciais prestados no âmbito do Estado do Tocantins. Disponível em: <https://corregedoria.tjto.jus.br/institucional/sobre-a-corregedoria>.

Tabela 2 – Público Jovens Brasil/Região

Público Jovem Brasil/Região						
	Homens	%	Mulheres	%	População Total	% Total
BRASIL	22.712.279	11,18	22.599.849	11,13	45.312.128	22,31
NORTE	2.257.880	13,01	2.241.322	12,92	4.499.202	25,99
TOCANTINS	183.292	12,13	183.123	12,11	366.415	24,24
ARAGUAÍNA	21.582	12,59	14.927	13,32	36.509	25,91

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022. Adaptada pelo autor (2024)

De acordo com os dados do IBGE (2022), observa-se que o Brasil possui um total de 45.312.128 jovens com idades de 15 a 29 anos de idade. Destes, 22.712.279 são do gênero masculino e 22.599.849 do gênero feminino. Ainda, descrevendo os dados, estima-se um total de 4.499.202 dos jovens na Região Norte, 366.415 no Estado do Tocantins e 36.509 em Araguaína.

Para Araguaína, recorte espacial desta pesquisa, alude-se que existe uma prevalência, mesmo que mínima, para um maior quantitativo de jovens com a faixa etária de 15 a 29 anos e do gênero feminino. Se analisarmos as variáveis “número de jovens do gênero feminino”, “gênero dos institucionalizados” e “gênero desligado por maioridade”, é possível sobressair similaridades ao que diz respeito ao gênero feminino.

Tabela 3 – População jovem do Brasil, por cor, raça e regiões (Norte, Tocantins e Araguaína)

População jovem do Brasil, por cor, raça e regiões (Norte, Tocantins e Araguaína)					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
BRASIL	88.252.121	20.656.458	850.130	92.0832.86	12.276.42
NORTE	3.598.298	15.304.18	29.467	11.654.390	539.821
TOCANTINS	350.613	199.394	3.405	939.260	18.735
ARAGUAÍNA	45.334	22.201	473	102.930	359

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022.

Adaptada pelo autor (2024)

Dados e estimativas apontam que os jovens brasileiros, majoritariamente, declaram-se pardos. Ao somar o número de jovens que se declaram pardos (51%) com o número de jovens que se declaram pretos (10%), o IBGE (2020) conclui, em notas, “que a maioria dos jovens são pessoas negras”.

Ao expor o gênero destes jovens, Neri (2019) revela que a distribuição é equilibrada. Na esteira da autora, “enquanto na faixa etária entre 15 a 24 anos a maioria da população é do

sexo masculino, na faixa seguinte, entre 25 a 29 anos, a maioria é do sexo feminino. A partir daí, as mulheres são maioria para todas as outras faixas da idade”.

Brito (2023, s/p) traz à tona pontos indicativos ao número de jovens, do gênero masculino e do gênero feminino, matriculados na Educação Básica, apontando uma relação com o fator trabalho e desemprego. Dentre os citados pelo autor, destaca-se que:

Entre os jovens de 15 a 29 anos do país, 10,9 milhões não estudavam nem estavam ocupados em 2022, o equivalente a 22,3%, ou um em cada cinco integrantes deste grupo etário.

Entre os 10,9 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados, 43,3% eram mulheres pretas ou pardas, 24,3% eram homens pretos ou pardos, 20,1% eram mulheres brancas e 11,4% eram homens brancos.

Em 2022, 4,7 milhões de jovens não procuraram trabalho e nem gostariam de trabalhar. Entre esses jovens, 2,0 milhões eram mulheres cuidando de parentes e dos afazeres domésticos.

Do total de 10,9 milhões de jovens que não estudam e não estão ocupados, 61,2% eram pobres. Entre esses jovens não estudavam nem estavam ocupados pobres, 47,8% eram mulheres pretas ou pardas.

A proporção de brasileiros com 25 a 64 anos de idade que não concluíram a educação básica obrigatória (BRITO; 2023, s/p).

Neste interim, percebe-se que dos 10,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem exerciam atividades laborais remunerativas, 43,3% representavam as mulheres de cor preta ou parda, ou seja as consideradas não pretas representavam menos da metade, fator este que coaduna com o Necro-Juvenicídio, onde evidencia-se a força coercitiva de acesso as políticas públicas descrita por Rocha (2020) no qual os jovens pretos e pardos vivem um cenário de segregação, fator este que recai sobre como essas políticas escolhem quem vai fazer parte e entrar em uma esfera política, como enfatizado por Achille Mbembe (2018).

Para melhor ilustrar a “Taxa de frequência escolar bruta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais”, para o Brasil, Região Norte e Tocantins, segue tabela 4 com dados e informações em %.

Tabela 4 - Taxa de frequência escolar bruta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - Brasil – 2022

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais	Taxa de frequência escolar bruta (%)			
	TOTAL	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	27,2	92,2	30,4	5,1
Norte	31,3	91,8	32,1	5,8

Tocantins 30,6 95,0 35,5 5,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022. Adaptada pelo autor (2024)

Para melhor ilustrar a “Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2022”, para o Brasil, Região Norte e Tocantins, segue tabela 5 com dados e informações em %.

Tabela 5 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2022

Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2022							
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (%)						
	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Brasil	6,0	28,0	7,8	5,0	29,9	4,1	19,2
Norte	7,3	30,6	6,6	5,7	30,1	4,0	15,6
Tocantins	9,1	28,3	5,1	5,1	28,7	4,3	19,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022. Adaptada pelo autor (2024)

Podemos perceber que no Tocantins existe um percentual maior de jovens sem instrução (9,1%) em comparação com o Brasil e o Norte, bem como uma taxa menor de conclusão do ensino médio. A discussão gira em torno da formação do sujeito e identidade no ensino médio, autores como Leão, Dayrell e Reis, (2011) enfatizam que “o ensino traz consigo a marca atrelado a preparação do jovem para o mercado de trabalho”, concomitantemente estes sofrem ênfases diversas pois atuando como uma via de mão dupla ensino e preparação para o mercado de trabalho, acabam gerando uma dúvida entre a formação geral e profissional, neste interim.

Há uma permanente tensão entre formação geral e/ou profissional, ensino propedêutico e/ou técnico, que diz respeito ao papel da escola média como etapa final do ensino básico e sua relação com mercado de trabalho, com o ensino superior e com a formação pensada em termos mais amplos, relacionada às noções de autonomia e cidadania (LEÃO; DAYREL; REIS, 2011, p. 255 e 256).

Outro fator relacionado ao contexto educacional são questões diretamente ligados a pobreza, nesta perspectiva subentende-se que os jovens têm que escolher entre estar na escola

ou realizar atividades laborais remuneradas; os autores ao descreverem sobre as camadas mais pobres, destacam que o índice de desistência e evasão escolar são alarmantes, Leão, Dayrel, Reis (2011, p. 256). corroboram que: “Entre as dimensões dessa nova condição juvenil, pode ser apontada a origem social, marcada pela pobreza, fazendo com que a escola e o trabalho sejam realidades que se superpõem ou sofrem ênfases diversas”. Diante deste panorama de segregação, outro indicador, que vem sendo cada vez mais discutido no Brasil, é o número de homicídios ocorrido nesta esfera jovem.

Neste construto Necro-Juvenicida, cabe nos questionar se: diante a trajetória de conquista e reformulações no campo política pública quais foram relevantes para o construto da autonomia pessoal quando interfere diretamente nas escolhas subjacentes do eu? ou se esta política pública se apresenta como mola propulsora para continuidade da vulnerabilidade e pobreza dos jovens que são assistidos?

Como descrito anteriormente, as políticas públicas ainda ocupam um lugar socio assistencialista. Dentro deste campo, se torna oportuno apresentar dados demográficos que subsidiam a confirmação desta política. Ao aduzir o construto teórico das proposições bases, “Necropolítica” e “Juvenicídio”, de fato, ainda na atualidade, se concretizam fatores de exclusão, repulsão, segregação e morte dos jovens, de maneira mais específica, dos jovens “negros e pobres” (ROCHA, 2020). A Tabela 06, a seguir, apresenta evidências quanto ao número de homicídios de jovens no Brasil, no período de 2008 a 2021.

Tabela 6 - Número de homicídio de jovens (15 a 29 anos) no Brasil, período de 2008 a 2021

Número de homicídio de jovens (15 a 29 anos) no Brasil, período de 2008 a 2021						
População Total do Brasil		Faixa Etária Geral			Total de Homicídios	
Ano	N	Região	N	%	Jovens com idades de 15 a 19 anos	%
2008	189.612.814	Norte	4.855	9,6 %	2.703	9,7 %
		Nordeste	17.107	33,8 %	10.065	36,1 %
		Sul	6.627	13 %	3.519	12,6 %
		Sudeste	17.830	35,2 %	9.357	33,6 %
		Centro-Oeste	4.240	8,4 %	2.236	8 %
2009	191.480.630	Norte	5.193	10 %	2.861	10,1 %
		Nordeste	17.932	34,4 %	10.488	37,1 %
		Sul	6.760	13 %	3.588	12,7 %
		Sudeste	17.649	34 %	9.007	31,9 %
		Centro-Oeste	4.509	8,6 %	2.323	8,2 %
2010	190.747.855	Norte	6.022	11,4 %	3.267	11,4 %

		Nordeste	18.963	35,8 %	10.985	38,5 %
		Sul	6.494	12,2 %	3.333	11,7 %
		Sudeste	17.144	32,3 %	8.683	30,4 %
		Centro-Oeste	4.393	8,3 %	2.294	8 %
2011	192.379.287	Norte	5.644	10,7 %	3.130	11,2 %
		Nordeste	19.486	36,9 %	10.963	39,3 %
		Sul	6.264	11,9 %	3.193	11,4 %
		Sudeste	16.557	31,3 %	8.169	29,2 %
		Centro-Oeste	4.856	9,2 %	2.475	8,9 %
2012	193.946.886	Norte	6.090	10,7 %	3.278	10,7 %
		Nordeste	21.192	37,1 %	12.282	40,1 %
		Sul	6.692	11,7 %	3.426	11,2 %
		Sudeste	17.567	30,8 %	8.753	28,6 %
		Centro-Oeste	5.504	9,7 %	2.870	9,4 %
2013	201.032.714	Norte	6.101	10,6 %	3.149	10,2 %
		Nordeste	22.163	38,6 %	12.861	41,9 %
		Sul	6.047	10,6 %	2.985	9,7 %
		Sudeste	17.485	30,4 %	8.825	28,8 %
		Centro-Oeste	5.600	9,8 %	2.869	9,4 %
2014	202.768.562	Norte	6.291	10,4 %	3.245	10 %
		Nordeste	23.550	39 %	13.705	42,2 %
		Sul	6.609	11 %	3.198	9,9 %
		Sudeste	18.236	30 %	9.309	28,7 %
		Centro-Oeste	5.788	9,6 %	2.979	9,2 %
2015	204.450.649	Norte	6.963	11,8 %	3.596	11,5 %
		Nordeste	23.228	39,3 %	13.269	42,4 %
		Sul	6.837	11,6 %	3.304	10,6 %
		Sudeste	16.476	27,9 %	8.302	26,6 %
		Centro-Oeste	5.576	9,4 %	2.793	8,9 %
2016	206.081.432	Norte	7.903	12,7 %	4.109	12,2 %
		Nordeste	24.863	39,8 %	14.327	42,7 %
		Sul	7.289	11,6 %	3.657	10,9 %
		Sudeste	16.815	26,9 %	8.623	25,7 %
		Centro-Oeste	5.647	9 %	2.874	8,5 %
2017	207.660.929	Norte	8.507	13 %	4.558	12,7 %
		Nordeste	27.815	42,4 %	16.438	45,9 %
		Sul	7.141	10,9 %	3.527	9,9 %
		Sudeste	16.867	25,7 %	8.596	24 %
		Centro-Oeste	5.272	8 %	2.664	7,5 %
2018	208.494.900	Norte	8.368	14,4 %	4.486	14,5 %
		Nordeste	24.090	41,6 %	13.724	44,4 %
		Sul	5.992	10,3 %	2.851	9,2 %

		Sudeste	14.678	25,3 %	7.404	24 %
		Centro-Oeste	4.828	8,4 %	2.408	7,9 %
2019	210.147.125	Norte	6.820	15 %	3.610	15,5 %
		Nordeste	18.669	41 %	10.187	43,7 %
		Sul	5.046	11,1 %	2.294	9,9 %
		Sudeste	10.849	23,9 %	5.247	22,4 %
		Centro-Oeste	4.119	9 %	1.989	8,5 %
2020	203.062.512 26580	Norte	6.003	12,5 %	3.076	11,57 %
		Nordeste	22.451	45,09 %	12.645	47,57 %
		Sul	5.107	10,25 %	3.076	11,57 %
		Sudeste	12.119	24,34 %	5.767	21,69 %
		Centro-Oeste	4.108	8,25 %	2.016	7,58 %
2021	213.317.639 24212	Norte	6.565	13,72 %	3.444	14,22 %
		Nordeste	21.064	44,02 %	11.516	47,56 %
		Sul	4.949	10,34 %	2.192	9,05 %
		Sudeste	11.617	24,27 %	5.407	22,33 %
		Centro-Oeste	3.652	7,63 %	1.658	6,84 %

Fonte: elaborado pelo autor, 2024. Disponível em: Abruñq, Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022; Pnad, população-brasileira pnad-2008, IBGE - Censo de 2010 e população estimada em 2019., IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. EBC – Empresa Brasil de comunicação 2022. IPEA. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

De acordo com os números expostos na Tabela 6, observou-se que, dos anos de 2008 a 2011, o Brasil registrou, em média e com uma leve estabilidade nos números, um total de 52.131 mil homicídios. Entre os homicídios no país, mais da metade, em média, 28.159 mil ($\cong 54\%$), vitimaram jovens com idades entre 15 a 29 anos. Tal situação é exposta por Rocha (2018) ao elucidar sobre o Juvenicídio. Na esteira da autora, as mazelas enfrentadas pelos jovens e a forma mascarada sobre os motivos que os levam a cometerem atos transgressores a esta classe, invisibiliza os homicídios por meio de discursos apregoados, tais como: ignorantes, agressivos, filhos do tráfico, pontuando especificadamente as contrariedades para justificar os motivos que os jovens tendem a serem inseridos nesta esfera de morte afirmando que Rocha (2018):

Há uma grande contradição, pois, como bem sabemos, não se fala de todos. Fala-se de alguns, daqueles considerados mais educados, mais “inteligente”, mais brancos, mais “ricos” fala -se dos jovens vistos como protagonistas inatos, proativos que podem ter suas vidas prejudicadas pelos jovens mais agressivos, mais “ignorantes”, mais negros, mais pobres (ROCHA, 2018, p. 91).

Neste momento a autora supracitada descreve os jovens que estão direcionados a carnificina. Os elevados números de morte vão ao encontro a esta especificidade, a

segregação entre os jovens que matam jovens, prejudica jovens por serem considerados agressivos. Estes, são os jovens mais negros e mais pobres, o qual a autora referencia-se para caracterizar o jovem da atualidade, que tem suas vidas ceifadas por falta de equidade de direitos, sendo caracterizados como ignorantes (ROCHA, 2018).

Ainda se restringe a célere necessidade de políticas públicas em prol da redução de homicídios de jovens. Nóbrega (2014, p. 3) realça que os altos índices da criminalidade estão na desorganização social, de igual modo, reformula que “se a sociedade está organizada com base nas referências aos expressos na lei, o crime é eliminado e se ela não está organizada nesta forma o crime ainda persiste”. O autor perpassa a ideia sobre a redução da criminalidade advinda da esfera estatal pautadas no sistema ambivalente de equidade de direitos.

Acredita-se que a criminalidade não é nata, ela é construída de interação, com o social que pratica este ato. Nóbrega (2014, p. 76) acrescenta que “A conduta criminal se aprende em interação com outras pessoas, mediante um processo de comunicação. Requer, pois, uma aprendizagem ativa por parte do indivíduo”. Tendo em vista que a criminalidade abrange um campo de conhecimento, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que possam reverter este paradigma, como citado por Nóbrega (2014), escasseiam políticas públicas pautadas na “equidade de direitos, regidas pelas Leis constitucionais, sem descartar ou inserir sujeitos pelo padrão hierárquico que ocupa na sociedade.

Ademais, segundo dados divulgados pela ABRINQ (2022) que descreve o Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, os números despontam que entre 2012 a 2017 houve um acréscimo gradativo nos números de homicídios no Brasil, com exceção para o ano de 2015, o qual apresentou uma baixa no número de assassinio. Levando em consideração o quantitativo de homicídios de jovens entre 15 a 29 anos, os números nos mostram acréscimos para os anos de 2014, 2016 e 2017. A partir do ano de 2018, pode-se observar um decréscimo significativo tanto no número total de homicídios, quanto no número de homicídios ocorridos com jovens de 15 a 29 anos de idade.

Outro fator a revelar, trata-se das regiões com maiores incidências de homicídios. Ao considerar todo o período elucidado na Tabela 2, do ano de 2008 a 2021, os números expõem a região Nordeste, seguida pela região Sudeste, como regiões com maiores incidências de homicídios. Neste interim, o quantitativo de homicídios de jovens com 15 a 19 anos, os números nos mostram acréscimos para os anos de 2014, 2016 e 2017. A partir do ano de 2018, pode-se observar um decréscimo significativo tanto no número total de homicídios, quanto no número de homicídios ocorridos com jovens de 15 a 29 anos de idade.

Nessa vertente autores como Silva, Souza, Paz e Santos (2021, p. 6) enfatizam que o aumento dos homicídios nestas regiões está relacionado aos “processos de urbanização e inadequada distinção dos recursos financeiros direcionado para elaboração de medidas de saúde pública para reduzir este agravo”. Na visão dos autores existem outros fatores que coadunam com a elevação dos índices de homicídio, tendo em vista que estes fatores estão atrelados ao crescimento acelerado da população que vivem nos bairros periféricos e nas capitais nordestinas, como também, com a baixa renda, que reverberam em desigualdade social e impulsionam nos extermínios dos jovens.

Nobrega Jr. (2017, p. 568) aduz que os altos índices de homicídios nestas regiões são diretamente ligadas aos setores mais vulneráveis, desta maneira “atingem vítimas pobres em especial, negras, jovens, do sexo masculino e femininos que possuem baixo nível de renda” que pode ser visto na correlação entre renda e homicídio, dito isto podemos elucidar que as políticas públicas na atualidade, ainda estão pautadas nos preceitos repulsionista, onde o poder econômico lidera, convertendo sua força coercitiva em punições, exclusão e morte dos jovens.

Neste panorama, para redução destes índices homicidas se torna eminente destacar a necessidade da preparação dos jovens para atuar em sociedade levando em conta os que foram retirados do seio familiar e que tiveram pouco tempo para se restabelecerem e assumirem um protagonismo solo nos aspectos econômicos.

Em 2008, o Brasil registrou um total de 50.659 homicídios. Destes, 27.880 (\cong 55%), ou seja, pouco mais da metade das vítimas eram jovens com idades entre 15 a 19 anos, apresentando maiores números às regiões Sudeste (\cong 35,2%) e Nordeste (\cong 33,7 %), regiões com maiores ocorrências de assassinatos, no ano em destaque. Pormenorizando o número de homicídios de jovens com a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, evidencia-se uma maior ocorrência para a região Nordeste (\cong 36,1 %), seguido pelas regiões Sudeste (\cong 33,6 %), Sul (\cong 12,6 %), Norte (\cong 9,7%) e Centro Oeste (\cong 85%).

Para melhor ilustrar o número total de homicídios ocorridos no Brasil, ademais, os percentis de jovens com 15 a 29 anos de idade, incluídos nestes quantitativo, mobiliza-se o gráfico 01 onde pretende demonstrar os índices de homicídios ocorridos no Brasil voltado a população jovem.

Gráfico 1 - Total de Homicídios no Brasil



Fonte: Autor (2024) adaptado de: IPEA. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Observando o gráfico é possível constatar a tênue estabilidade no número de homicídios ocorridos nos anos de 2008 a 2011. Na sequência, para os anos de 2012 a 2017, nota-se o acréscimo no número de homicídios, 2012 (54%), 2013 (53%), 2014 (54%), 2016 (53%) e 2017 (55%). Pertinente elucidar o gradativo aumento de homicídios para a faixa etária geral, o que também pode ser verificado para a faixa etária dos jovens (15 a 29 anos de idade).

A partir do ano de 2018, o Brasil apresenta queda no número de homicídios. Esta diminuição gradual do número de homicídios no Brasil, tanto para a faixa etária geral quanto para a faixa etária dos jovens, pode ser conferida visivelmente no gráfico 1.

2 NECROPOLÍTICA E JUVENICÍDIO

"Ser ou não ser, eis a questão" (William Shakespeare, 1599).

A epígrafe advinda de Shakespeare, traz a luz uma dúvida que reverbera em “existir ou não existir” e em última instância “viver ou morrer” expressada por um monólogo, contracenando e evidenciando que a vida, pode ser cheia de sofrimento e que pode ter momento de turbulências. O monólogo segura em sua mão direita uma caveira, onde representa a morte e esta será destinado a todos, seja ele “rei da corte ou soberano” todos irão se tornar uma caveira e em consequentes meras cinzas.

O cenário representado, se associa bem sobre as bases teóricas as quais são pilares centrais para o desenvolvimento deste capítulo, uma vez que a “Necropolítica e o Juvenicídio” estão diretamente ligados a morte do sujeito como forma de controle social, reverberando no mascaramento da esfera superior sobre os que enfrentam as mazelas de repulsão e o não acesso as políticas públicas que asseguram os seus direitos.

Dye (1984) descreve que a política pública está relacionada sobre as escolhas advindas pela esfera Estatal, ou seja, “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, cabe aqui lembrar que este fazer ou não fazer vem ao encontro ao que Mbembe (2018, p. 5) transcreve sobre a política de morte traçada na soberania dos corpos, onde este poder de Estado é capaz de decidir “quem deve morrer ou viver”.

Mbembe (2018, p. 10) mostra o lugar da soberania, que consiste “na destruição material dos corpos”; aqui a teoria de Mbembe elucida que não precisa somente excluir do contexto social é preciso massificar, segregar e decidir sobre o destino do outro, decisão esta que também se transcreve ao observamos a teoria de Rocha (2020), quando a autora traz a luz sobre o efeito das ações juvenicida, onde o Estado reverte a política social transformando-a em um campo de batalha pela vida e rotula os jovens pelo poder aquisitivo a qual estão inseridos, para executar o controle social.

Em outros palavras, o Estado traça um conjunto de métodos e estratégias, capaz de condicionar a população a ocupar um espaço inerte, sem poder se protagonizar nele, retira-se a educação, saúde, saneamento básico e invisibiliza a desigualdade social e miserabilidade, estabelecendo o controle e morte dos sujeitos.

De acordo Mbembe (2018, p. 10) a necropolítica se concretiza gradativamente hora quando o Estado exerce o poder sobre a população de tal forma que pode decidir quem pode “viver ou morrer”, hora pela exclusão de classes consideradas como não pertencentes do

contexto social, ou seja a força hierárquica superior decide quem pode fazer parte de determinado grupo e continuar vivendo e exercendo seus direitos perante a sociedade.

Este arsenal de poderes exercidos pela esfera maior, seja por meio de exclusão racismo, morte ou extermínio, Mbembe descreve como necropoder, subjetivando que a morte não se reverbera apenas de forma biológica, ela poder ser realizada de forma simbólica ou seja, através da perda de direitos e do controle exercido sobre o outro que apenas aguarda silenciosamente qual próximo passo a ser dado, vivendo como uma espécie de “escravo” do soberano, diante o contexto escravocrata, Mbembe (2018) descreve que:

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sob seu corpo e perda de estatuto político. Esta perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade (MBEMBE, 2018, p. 27).

Esta alienação descrita pelo autor vai configurando-se de forma fragmentada e as realidades sociais contemporâneas como a multiplicação de moradias precárias ocupadas por populações famintas, desempregadas e excluídas de quaisquer oportunidades de vida são capazes de comprovar a implementação bem-sucedida da necropolítica no contexto social do século XXI.

A necropolítica consiste numa moderna forma de gerenciamento dos contingentes populacionais excluídos, através da qual intensifica-se o processo de descarte da vida humana. A morte como técnica de governo garante a manutenção e a perpetuação das relações de dominação dentro de uma determinada realidade social. Mbembe complementa os estudos de Foucault, visto que considera o conceito de biopolítica insuficiente para ilustrar as práticas pelas quais o poder político executa a aniquilação de indivíduos ou mesmo populações consideradas como inimigas dos interesses do Estado.

Quando os movimentos governamentais “fazem viver” ou “deixam morrer”, subscrevem parte de seus exploradores, especialmente nos continentes africano e americano. Desta forma, Achille Mbembe aprofunda os estudos de Foucault e indica uma evolução da teoria biopolítica no sentido de transformar-se em uma realidade necropolítica. Em seus estudos, Mbembe justifica esta teoria ao relacioná-la a determinadas problemáticas comumente observadas em países que sofreram processos de colonização, como regimes de escravidão e dominação por parte de seus exploradores, especialmente nos continentes africano e americano. Este período histórico confirma ainda a teoria necropolítica, que possui o racismo como mola propulsora, segundo Achille Mbembe.

Desta maneira, pode-se observar a força do poder necropolítica dominar as regiões periféricas das nações mais empobrecida historicamente neste interim Mbembe (2018, p. 51) afirma que: “O Terceiro Mundo é uma zona cinzenta na qual se travam batalhas pelo controle. Os desenvolvidos controlam os corpos e as nações dos outros, gerenciando mortes”. Mbembe (2018) contribui com sua razão pensada racial, materialista e crítica ao processo colonial. Professor hoje na África do Sul, o autor questiona imposições coercitivas de força e menciona a soberania como elemento político – e política é transgressão – não absolutamente positivo.

Mbembe (2018) propôs um pensamento sobre as diferenças e as formas de se julgar a vida a partir do poder da morte, baseando-se em reflexões no mundo contemporâneo. Para tal, levou em consideração que o sistema capitalista se respalda na produção de “massas supérfluas”, as quais são vistas como indivíduos que não condizem com as lógicas de esquemas de trabalho vivo, que, conseqüentemente, são excluídos da composição socioeconômica atual, passando a viver de formas consideradas precárias socialmente (GRISOSKI; PEREIRA, 2020, p. 202).

Já a destruição pela forma simbólica Mbembe (2018), se dá pela morte simbólica, muitas vezes podendo ocorrer pelas superlotações em presídios, onde indivíduos são “descartados” e esquecidos, vivendo em aglomerações humanas dentro de pequenos espaços. Bem como através do impedimento de investimento nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança etc., o que acaba causando um estado de precariedade. Com a diminuição do orçamento de políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança, um sistema social permite-se escolher suas vítimas, produzindo assim efeitos nas intersubjetividades cotidianas contemporâneas. Esses apresentam-se como alguns exemplos de uma necropolítica em sua forma simbólica (GRISOSKI; PEREIRA, 2020, p. 205).

Outro fator que vem ao encontro a esta ambigüidade excludente é o Juvenicídio temática ainda pouco discutida dentro das políticas públicas que apregoam a seguridade dos direitos para jovem, segundo Valdez (2018, p. 236) leitor de José Manuel Valenzuela (2015), autor que cunhou o termo Juvenicídio e descreve o cenário enfrentado pelos jovens da atualidade afirma que “El juvenicidio, al igual que el fenicidio funciona como um sistema de clasificación social que, em sus formas más extremas, reproduce desigualdades al interior de la sociedad a través de la muerte de los sectores más vulnerables”.

Prosseguindo nesta mesma linha de exclusão e morte do sujeito o autor vem afirmar que o Juvenicídio é definido pela exclusão e repulsão de acesso as políticas públicas, descreve as desigualdades sociais e as formas de classificações dos jovens, diretamente aqueles que

vivem nos setores vulneráveis onde as dificuldades de acesso a garantias de direitos se tornam longe do contexto e vivências destes jovens.

Neste construto Rocha (2020, p. 51) mostra a invisibilidade sofridas pelos territórios pobres e vulneráveis, corrobora que nele ocorre “violência, mortes, fome, falta de vagas em escolas ou creches, entre outros problemas na esfera da negação dos direitos sociais” e a estes jovens só restam o olhar social de criminalidade e negação devido as ações advindas através do envolvimento com o “crime” em conseguinte o controle social, por estarem se enquadrando dentro dos padrões de intervenções assistencialista do Estado. A autora ainda reforça a segregação entre os jovens as quais serão diretamente afetados pela força Estatal, passando assim ser considerados como não pertencentes do meio ou inimigos da sociedade. Segundo Rocha (2020) a sociedade atual é composta por três tipos de jovens e estes se configuram em diferentes contextos.

Os que pertencem as elites sociais e econômicas, que mesmo quando cometem infrações/ crimes estão isentos dos controles penais; jovens pobres/trabalhadores, submetidos a inúmeras violações de direitos e a mecanismos de controle; jovens pobres envolvidos com infrações/crimes que, além de terem seus direitos violados, são controlados via sistema punitivo de maneira direta e visto como inimigos sociais (ROCHA, 2020, p. 46).

A autora elucida a ocupação destes jovens no âmbito social, que reverbera nos conceitos da Necropolítica enfatizada por Mbembe (2018) nas formas do Biopoder e segregação dos sujeitos, que correlacionando com o Juvenicídio que traceja pela mesma linha de controle social, especificadamente, para jovens negros e pobres, destaca que para o grupo que se encontra em um padrão burguês elevados, estes estão fora do controle do Estado, ou seja, “são permitido deslizes ou jeitinhos”, já para a classe pobre trabalhadora e os pobres envolvidos com a criminalidade, resta apenas o controle social, e a invisibilidade destes.

Ao fazer uma análise dos dados apresentados encontra-se evidências de que há uma política pública de exclusão que leva ao questionamento, se todos viveram o momento pandêmico no país porque os índices mais elevados estão direcionados a classe de gênero feminina, aos negros e pardo?

Ações interseccionais e integradas podem diminuir a atomização das políticas sociais que são apenas reparativas e assistencialistas. Apesar de ser uma visão holística para o todo a política pública, traz em si a permanência da autonomia arraigada para o governo atual, consequentemente elucida mediante a sociedade exercendo o poder soberano em escolher o que vai fazer ou não fazer e porque fazer.

Protagonizando-se em exclusão e determinação da população jovem, que em viés transgressor invisibiliza as mazelas enfrentada pelas classes menos favorecidas, “negros e pobres” produzindo política de extermínio deliberativa, sem levar em conta a equidade de direitos, revertendo as formas de acesso em estas políticas públicas que apregoam sobre seguridade de direitos em uma política de segregação e vulnerabilidade coercitiva que vai se fragmentado cada vez mais e se revertendo em institucionalização e controle dos jovens.

Neste contexto, Rocha (2020, p. 47) enfatiza sobre a ação coercitiva e seletora do Estado reformulando que para “liderança ou para submissão, de uma resistência mediante a autodefesa ou uma resistência mascarada” decorrente da proibição e em determinantes que evitam o protagonismo da juventude de maneira coletiva, assim garante o lugar dos jovens incluídos (leia-se brancos de classe média/alta) e sela o destino daqueles de áreas periféricas que traz em si a “homogeneidade perigosa que vincula a pobreza ao crime e vice-versa”.

Neste construto Necro-Juvenicida cabe nos questionar que diante a trajetória de conquista e reformulações no campo política pública quais foram relevantes para o construto da autonomia pessoal quando interfere diretamente nas escolhas subjacentes do eu? ou se esta política pública se apresenta como mola propulsora para continuidade da vulnerabilidade e pobreza dos jovens que são assistidos?

Estes questionamentos são descritos nas entrevistas realizadas com os jovens desligados por maioria das unidades de acolhimento de Araguaína-TO e que desmistificam as políticas públicas mostrando seus pontos de entaves.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Antes de descrever sobre o caminho percorrido para realização da pesquisa, cabe enfatizar que o interesse em pesquisar sobre as unidades de acolhimento de Araguaína, surgiu devido a minha trajetória de trabalho o qual tive a oportunidade de exercer o labor nas unidades, quando pude observar que os jovens desligados por maioria se demonstravam inseguros e amedrontados com o que iriam enfrentar pós o desabrigoamento.

A pesquisa teve os seguintes passos metodológicos: em primeira instância foram obtidas todas as liberações para realização da referida pesquisa tais como: Secretaria de assistência Social Trabalho e Habitação (SEMASTH), o qual foi crucial para realização de coletas dos dados, cabe enfatizar que este termo de liberação foi via ofício de N° 1022/2022 emitido aos dias 10 de julho de 2022, pelo secretário responsável que autoriza o pesquisador a ter acesso as fichas que constam os registros de controle de entrada e saída dos jovens na instituição, por fim após submissão e aprovação junto ao comitê de ética da UFT/Palmas, sob o número CAAE: 61923122.000.5519, parecer de número, 5.821.890, publicado no dia 16 de Dezembro de 2022, deu-se início a referida pesquisa.

No segundo momento foram organizadas e digitalizadas todas as informações pertinentes para coletas dos dados, tendo como fator ímpar os jovens desligados por maioria. Cabe destacar que os dados organizados estão ligados a entrada e saídas no contexto geral, naturalidade, motivos do acolhimento, configuração parental, gênero, raça, tempo de permanência no acolhimento, partindo destas informações foram identificados os jovens desligados por maioria, os quais foram entrevistados. As informações digitalizadas correspondem ao recorte temporal de 2008 a 2022, estas constam no acervo documental da instituição.

Para melhor visualização dos espaços físicos das unidades de acolhimento foram anexadas imagens que mostram o interior das duas unidades, podendo ser vistas de acordo a ilustração 1 (A-R) e 2 (A-N). Em conseguinte, foi feito um mapeamento das unidades referente a localização, onde a Casa de Colhimento Ana Caroline Tenório Lima, por ter sede própria está localizada na Avenida de Ligação, Jardim Beira Lago, já a unidade Casa-Lar, por ser um imóvel alugado, atualmente encontra-se, na Rua dos Carpinteiros Setor Jardim Paulistas, para melhor localização (ver o mapa 1) onde possibilitará melhor compreensão das localidades.

Para conhecer os aspectos de funcionalidades das unidades de acolhimento, foram consultados o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Casa Ana Caroline Tenório Lima

referente ao ano 2022, versão mais atualizada no momento da pesquisa, além dos dados disponibilizados nos sites eletrônicos do (IBGE).

No que se refere a análise de dados para melhor destrinchar este contexto de desabrigados recorreremos à visão de Gil (2008) para esclarecer o método de pesquisa abordado, assim partimos da pesquisa exploratória e descritiva, Gil (2008, p. 27) descreve que a pesquisa exploratória tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Em virtude de haver entrevista semiestruturada recorreremos ao método de análise de conteúdo, neste interim, Silva e Fossa (2013, p. 5) destacam que “a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador”, ou seja, esta técnica permite analisar o material classificando por categorias permitindo compreender além do que foi dito. Para Bardin (1977, p. 29) esse método é “ultrapassar as incertezas”, em outras palavras é descobrir o que é questionado, ainda destaca três diferentes fases cronológicas do trabalho: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Neste panorama os levantamentos dos dados para esta pesquisa foram utilizados a técnica de coleta de dados quantitativa e qualitativa, sendo que a técnica qualitativa se refere às entrevistas com os jovens desligado por maioria e a técnica quantitativa para a análises dos dados gerais afins de identificar o perfil do jovem abrigado em Araguaína.

Assim, chegou ao universo de 5.121 abrigamentos e um total de 132 jovens institucionalizados, deste total apenas 12 foram desligados por maioria, dos quais 06 foram entrevistados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através do programa webQDA).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 As Casas Abrigos em Araguaína-TO

O acolhimento ofertado ocorre, especificamente, na Casa Ana Caroline Tenório Lima e Casa-Lar, esta primeira, segundo Mendes (2020), tem nomenclatura oriundo de uma tragédia que culminou na morte de uma jovem aos 14 anos, crime este que foi arquivado segundo a autora “por faltas de provas concretas”, ou seja, até os dias atuais não foi desvendado os principais motivos que levaram a acontecer.

Em destarte as modalidades de acolhimento, são destinadas a acolher crianças e adolescente de 0 a 18 anos incompletos sendo que a Casa Ana Caroline Tenório Lima, teve início aos atendimentos aos dias 26 de maio de 2008, data destacada por Mendes (2020, p. 76) por ter ocorrido o primeiro acolhimento institucional no município de Araguaína-TO.

Antes, de especificar sobre as modalidades de acolhimento destacadas, se torna oportuno enfatizar que as duas unidades em Araguaína, são regidas pelos mesmos princípios normativas e tipificações, uma vez que os serviços são realizados seguindo apenas um documento norteador, neste caso “Regimento interno e Projeto Político Pedagógico”, estes encontrado na unidade casa Ana Caroline Tenório Lima.

Nesta vertente, a rotina das unidades de acolhimento segue um padrão e regras conforme descrito no (PPP-CAACTL, 2022, p. 20) onde podemos observar que “A Unidade de Acolhimento Institucional Casa Ana Caroline Tenório Lima conta com uma rotina de atividades fixas, as quais compõem o cotidiano dos acolhidos”. Para melhor entendimento quadro 2 a seguir representa a rotina da unidade de acolhimento.

Quadro 2 - Rotina dos acolhidos na Casa Ana Caroline Tenório Lima 2022/2023

Horário	Atividade desenvolvida
06hs às 06hs40min	Preparação das crianças para ir à escola as matriculadas no período matutino (cuidadores noturnos).
07hs30min às 08hs00min	Banho e café da manhã. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições.
08hs30min às 09hs30min	Auxílio nas tarefas de casa, com apoio pedagógico (organização e limpeza da casa e seus pertences) (cuidadores, pedagogos).
09hs30min às 11hs30min	Hora das atividades escolares e recreativas (pedagogos, educador físico e cuidadores).
10hs00 às 11hs00 15hs00 às 17hs30min	Horário de Visitas das famílias e da comunidade em geral sem agendamentos.
11hs30min às 12hs00	Almoço. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições.
12hs00 às 12hs30min	Orientar as crianças nas tarefas domésticas (laboraterapia) (pedagogos, cuidadores, cozinheira).
12hs30min às 14hs30min	Repouso das crianças que estudam no período matutino (cuidadores).

12hs20min às 12hs40min	Preparação das crianças para irem à escola, período vespertino (cuidador).
14hs20min às 15hs00	Atividades escolares e recreativas turno vespertino, (pedagogas, educador físico e cuidadores).
15hs00min às 15hs30min	Lanche da tarde. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições.
15hs15min às 16hs00	Tempo livre para execução de atividades ou lazer com as crianças e adolescentes (pedagogos, educador físico e cuidadores).
18hs00 às 19hs00	Banho e preparo para o jantar das crianças (cuidadores noturnos).
19hs00 às 19hs30min	Jantar. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições.
20hs00 às 20hs30min	Organização do material e roupas para irem à escola no dia seguinte (cuidadores noturnos).
21hs00 às 21hs20min	Ceia. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições (cuidadores noturnos).
21hs40min às 21hs55min	A TV deve ser desligada e todos os acolhidos incentivados a se recolherem para os quartos.

Fonte: Adaptado de Dados extraídos do PPP da Casa Ana Caroline Tenório Lima, 2022. Organizado pelo autor, 2024.

Ao ser observado a rotina da casa de acolhimento, denota facilmente privações de liberdades, ou seja, a casa não está organizada de acordo as necessidades dos acolhidos e, sim, embasada nos termos de controle do que fazer, como fazer e quando fazer, a exemplo o momento das refeições e visitas parentais e/ou da sociedade, estas são estabelecidas horários e sempre na presença de um cuidador.

Em outras palavras, os institucionalizados seguem uma rotina onde o “poder” da esfera superior exerce as funções normativas e controla o tempo e o próximo passo a ser dado. Nesta prerrogativa os serviços voltados ao acolhimento vão ao encontro a Necropolítica descrita por Mbembe (2018) que vem descrever sobre o “controle e categoria de pessoas no mesmo espaço”, ou seja, o que era para ser um local que assegura os direitos acaba que viola por outros moldes, em conformidade com Mendes (2020) ainda enfatiza sobre a unidade de acolhimento e os anseios dos institucionalizados afirmando que:

Não existe a possibilidade de assumir a casa como sendo sua, uma vez que as regras institucionais preconizam o ajuste cotidiano permanente, independente das necessidades, desejos, sonhos e vontades dos acolhidos, toda sua vida é regida por normas, que nem sempre são flexíveis e ajustáveis à busca de suas autonomias. (MENDES, 2020, p. 81).

Neste ínterim, a Casa Ana Caroline Tenório Lima atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, do gênero masculino e feminino conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2022) a instituição “é um programa da rede municipal da assistência social o qual tem por objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de risco, trabalhando diretamente com o juizado, Promotoria da infância e Juventude e conselho tutelar” (PPP-CAACTL, 2022, p. 8),

ou seja subentende-se que para criança e o adolescente ter acesso ao programa necessita ter seus direitos violados ao ponto de serem afastado do seio familiar, o que se apresenta como solução para as diversas violências familiares pode se configurar também como reprodutoras de outros tipos e níveis de violências.

Mendes (2020) corrobora que as instituições de acolhimento seguem um padrão hierárquico para que ocorra o acolhimento, apriori é demandado pelo conselho tutelar que emite o pedido de acolhimento, ou seja órgão que executa a primeira ação e posterior, a Promotoria da Infância e juventude, órgão que delibera se de fato ocorrerá o acolhimento, sendo este efetivado após despacho judicial nesta prerrogativa a autora afirma que.

Em Araguaína o acolhimento acontece seguindo os moldes previstos pelo CONANDA, no qual o recebimento, a priori é realizado pelo Conselho Tutelar, depois de aceito pelo Juizado da Infância e Juventude e Promotoria da Infância e Juventude, sendo que quem delibera a judicialização dos pedidos de acolhimento é o Juizado da Infância e Juventude, que só é considerado acolhido institucionalmente após a abertura do processo e mediante despacho favorável ao acolhimento do Juiz (MENDES, 2020, p. 68).

Em consonância com o quadro 02 que representa a rotina dos acolhidos nas unidades de acolhimento em Araguaína, se torna oportuno destacar, a equipe de funcionários e suas respectivas funções, uma vez que as unidades de acolhimento funcionam de forma ininterrupta, ou seja, 24 por dia. Mendes (2020) destaca que as unidades de acolhimento ofertam seus serviços de maneira ininterrupta devido ao fluxo de acolhimento, segundo a autora “não há horário específico para realização do acolhimento”. Segundo dados descritos no (PPP-CAACTL, 2022).

A Unidade de Acolhimento Institucional Casa Ana Caroline Tenório Lima conta com uma equipe composta por: **I – Coordenação:** 01 (um) coordenador ;**II - Equipe técnica:** 02 (dois) assistente social, 02 (dois) psicólogo, 02 (dois) pedagogos (a); 01 (um) professor educador físico e/ou de atividades lúdicas; **III - Equipe de Apoio:** 01(um) técnico administrativo; 01 (um) assistente administrativo (apoio administrativo, bazar e estoque) 10 (dez) Cuidadoras diurnas e 8 (oito) cuidadoras noturnas; 04 (quatro) Cozinheiras; 04 (quatro) Auxiliar de serviços gerais/limpeza; 01 (uma) Auxiliar de serviços gerais/lavanderia; 02 (dois) Guardas diurnas e 02 (dois) guardas noturnos; 01 (um) nutricionista; 01 (um) Profissional de ensino médio e/ou nível superior apoio em saúde; 03 (três) Motoristas (PPP-CAACTL, 2022, p. 19).

Em consonância com o (PPP, 2022) podemos observar que as equipes se dividem em 3, sendo coordenação, onde apenas um profissional atua nesta função, equipe técnica, formado por profissional de nível superior e pôr fim a equipe de apoio, estes são os atuantes na cozinha, administrativo, cuidadores, nutricionistas, guardas e motoristas. Torna oportuno

destacar o quadro 03 que demonstra os profissionais atuante suas respectivas funções e carga laborais.

Quadro 3 - Esquema de função carga horária laboral e turno de trabalho.

Função	Carga Horária	Turno de Trabalho
Coordenador(a)	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Psicólogo(a)	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00h às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Assistente Social	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Pedagogo(a)	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Cuidador(a)	Plantões diurnos = Das 07hs00 às 19hs00 Plantões Noturnos = Das 19hs00 às 07hs00	Escalas de 12x36, plantões diurnos e noturnos
Guarda/Vigia	Plantões diurnos = Das 07hs00 às 19hs00 Plantões Noturnos = Das 19hs00 às 07hs00	Escalas de 12x36, plantões diurnos e noturnos
ASG – Auxiliar de Serviços Gerais Lavanderia	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
ASG – Auxiliar de Serviços Gerais cozinheira.	Das 07hs00 às 19hs00	Escalas de 12x36
Motorista	Das 07hs00 às 19hs00	Escalas de 12x36
Assistente Administrativo	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Assistente Administrativo / Apoio ADM, Bazar e estoque	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Auxiliar Administrativa / Apoio em saúde	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Nutricionista	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Educador físico	Das 8hs00 às 12hs00 14hs00 às 18hs00	Horário comercial De segunda a sexta-feira

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do PPP da Casa Ana Caroline Tenório Lima, 2022. Organizado pelo autor, 2024.

Vale ressaltar que, a instituição Ana Caroline Tenório Lima passa a ter sede própria após 10 anos de funcionamento, ou seja, em 03 de julho de 2018, foi construída sede própria, com valor estimado para custeio da obra em, R\$ 544.751,85 mil, este valor segundo dados divulgado por Jarbas Coutinho⁹ (Governo do Tocantins, 2018) foram advindos do Estado e de recursos do próprio município, sendo R\$ 300 mil custeadas pelo governo do Estado por meio

9 Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governador-prestigia-inauguracao-da-sede-da-casa-de-acolhimento-em-araguaina/4jufqalllkz>.

de emenda parlamentar¹⁰, e R\$ 244.751,85, provindos do próprio município (Araguaína-TO, 2018), hoje com sede própria está localizada na Avenida de Ligação, Qd. P01, S/N, Setor Jardim Beira Lago, Araguaína-TO, e conta com uma área construída de aproximadamente 240 metros quadrados (PPP-CAACTL, 2022, p. 5).

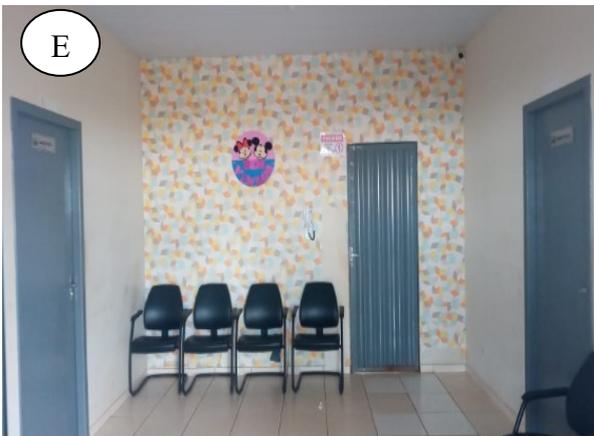
Conforme descrito no (PPP-CAACTL, 2022, p.18) a unidade é composta por 06 quartos, sendo 01 quarto adaptado para bebês de 0 a 6 anos de idade, 01 adaptado para receber crianças com múltiplas patologias e 04 para os demais acolhidos, 02 salas sendo uma utilizado no momento das refeições e a outra como área de lazer/sala de tv, 01 banheiro social para uso dos funcionários, , 01 refeitório, 01cozinha, 01 dispensa, 01 área de serviço, 03 banheiros de uso exclusivo para os acolhidos, sendo um adaptado para pessoas com dificuldade de locomoção.

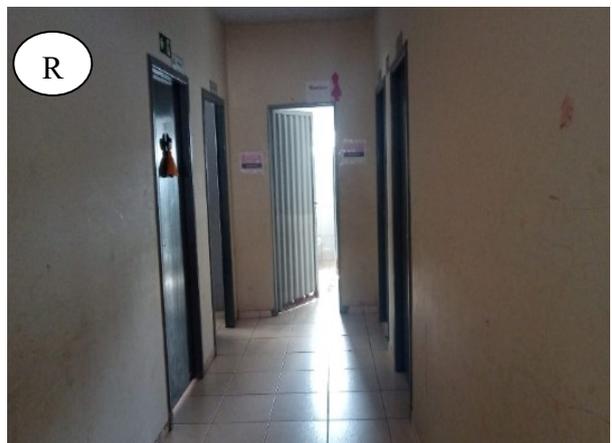
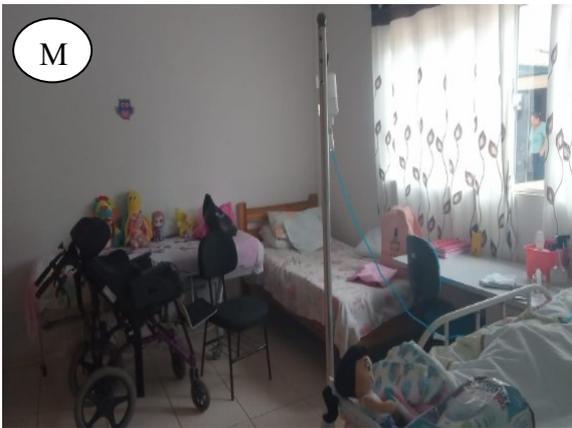
A unidade ainda dispõe de um espaço externo para realização de atividade pedagógicas lúdicas, uma horta para plantio de hortaliças, além de computadores para realização das atividades escolares e cursos profissionalizantes, se torna oportuno destacar que referindo aos quartos todos possuem armários onde os acolhidos guardam seus pertences, no quesito estrutura da casa Ana podemos destacar que atende as exigências de funcionamento descrito pelo Conanda. Se torna oportuno ilustrar a casa de acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, onde pretende-se demonstrar os espaços descritos.

Ilustração 1 (A-R) - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.



¹⁰[...]a emenda parlamentar é um instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Ou seja, por meio das emendas parlamentares os deputados e senadores podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares>.





As imagens em tela destacam os espaços da unidade de acolhimento Ana Caroline Tenorio Lima, onde os institucionalizados executam suas atividades e convivem por longos períodos, neste paradigma a imagem A – faixa externa; B – lateral esquerda horta para cultivo de hortaliças e legumes; C – Área externa para realização de atividades interativas e jogos desportivos; D – os dois imóvel onde o do lado esquerdo é composto por recepção, salas administrativa, sala de refeições, sala pedagógica, refeitório e lavanderia juntamente com banheiro dos funcionários, o da lateral direita é composto por dormitórios da crianças e jovens e banheiros dos institucionalizados; E – recepção onde ocorre o atendimento primário; F – pátio do refeitório onde todos realizam suas refeições juntos sentado há mesa o espaço também é utilizado para realização de atividades festivas; G – local onde reservado para alimentação dos bebês; H – sala pedagógica; I – refeitório onde ocorre a preparação dos alimentos; J – lavanderia; K – sala de TV; L – placa de identificação da unidade onde descreve a história e marco temporal de fundação; M – dormitório adaptado para pessoas com múltiplas deficiência; N – Berçário para crianças até 5 anos; O – dormitório das adolescentes de 12 aos 18 anos; P – banheiro coletivo para uso exclusivo das jovens de 12 as 18 anos; Q – Banheiro com acessibilidade para pessoas com deficiência; R – banheiro coletivo para uso exclusivo de crianças de 6 a 12 anos.

Na Casa-Lar, Mendes (2020, p. 67) destaca que, em 2016 a unidade era conhecida como “casa dos meninos,” cujos atendimentos são voltados somente ao gênero masculino, ainda corrobora que esta unidade foi oriunda de um acordo entre “o Município e o Judiciário” onde chegaram à conclusão que seria viável duas unidades para melhorar os atendimentos ao público, ficando então duas unidades de acolhimento sendo uma destinada a acolher crianças e adolescente do gênero masculino e feminino com idades entre 0 a 18 anos incompletos; e a outra para atender somente o público masculino com idades entre 6 a 18 anos incompletos, esta segundo a autora, caracterizada como casa dos meninos.

Ainda dentro da visão da autora a unidade masculina não atende os critérios normativos exigidos pelo Conanda, devido a estrutura arquitetônica dos imóveis alugados para funcionamento, neste interim desta que:

Não sendo uma estrutura que atende as recomendações do Conanda, no entanto, segundo a coordenação (2019), na cidade de Araguaína há uma dificuldade em encontrar imóveis para alugar que sejam amplos e adequados para funcionar uma instituição de acolhimento, além, dos proprietários dos imóveis optarem em manter o imóvel sem uso do que alugar com a finalidade de ser usada como Casa de Acolhimento (MENDES, 2020, p. 85).

Na ilustração, 2 (A-N), pretende-se apresentar os espaços que compõe a unidade de acolhimento caracterizada “Casa dos Meninos”, estando, portanto, organizada de acordos as respectivas imagens. A – fachada externa; B – acesso a sala do administrativo a esquerda e acesso a sala pedagógica a direita; C – sala pedagógica; D - espaço onde é realizado as refeições e atividades interativas; E – área de realização de atividades interativas e jogos; F - sala de TV com acesso ao dormitório e refeitório; G – dormitório dos adolescentes e jovens de 12 aos 18 anos incompletos “5 camas beliches”; H – dormitório das crianças de 7 a 12 anos incompletos “2 camas beliches”; I e J – refeitório onde ocorre a preparação dos alimentos e porta de acesso ao refeitório; K – espaço reservado para cultivo de hortaliças; L – banheiro coletivo exclusivo para uso de crianças e adolescentes e jovens; M – banheiro coletivo para uso exclusivo dos funcionários; N – lavanderia “juntamente com o bebedouro”.

Ilustração 2 (A-N) - Imagens dos espaços da Casa-Lar/ Casa dos Meninos.







Fonte Autor, dezembro, 2023.

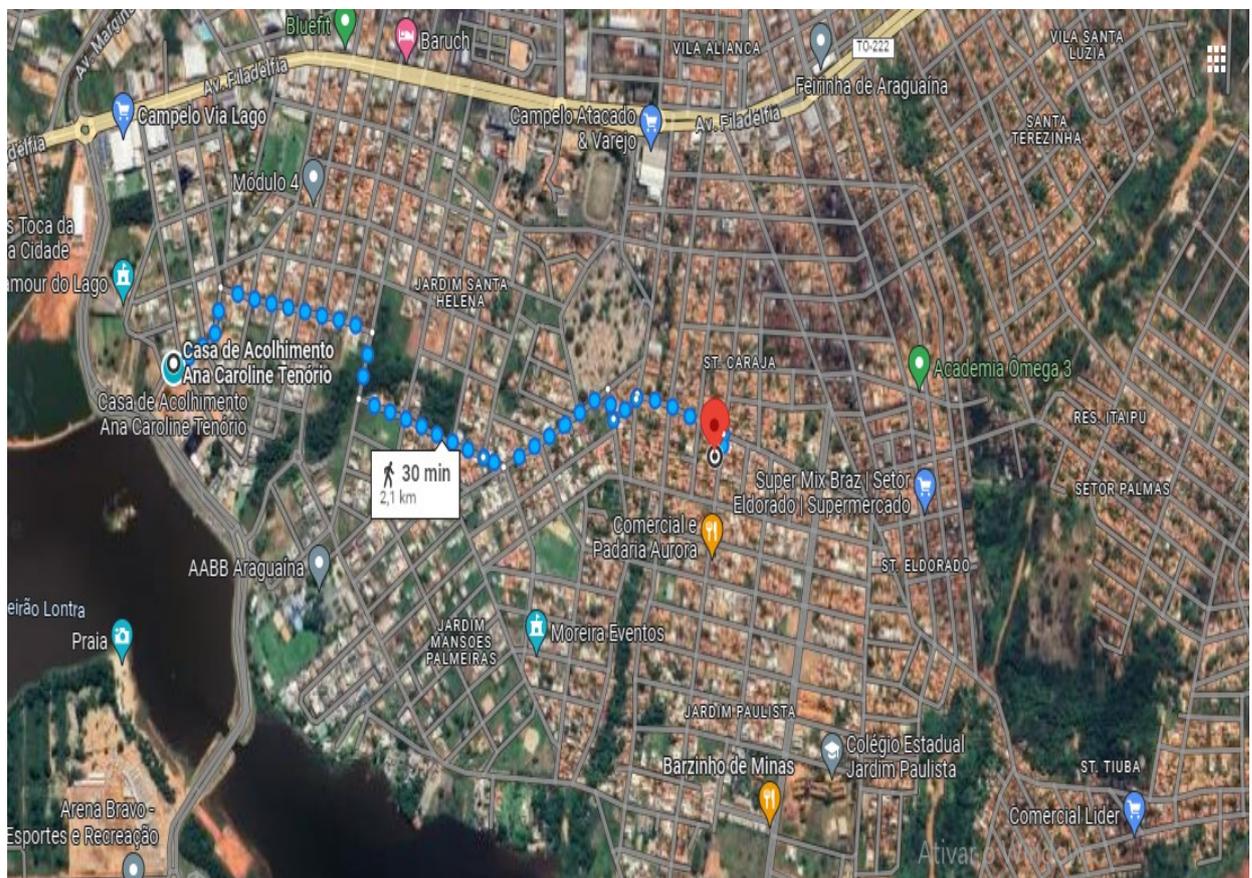
Em relação a capacidade máxima de acolhimento a Casa-Lar atende até 10 crianças e adolescentes e já unidade de acolhimento Ana Caroline Tenorio é destinada em acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos do gênero feminino e bebês do gênero masculino até 6 anos de idade, tendo sua nomenclatura até os dias atuais como Casa de acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, com capacidade máxima de acolher até 20 crianças e adolescentes.

Hoje tendo sua nomenclatura caracterizada como, Casa-Lar, realiza seu atendimento nos moldes da casa Ana Caroline Tenório, porém seus atendimentos são direcionados a crianças e adolescentes a partir dos 06 anos de idade, segundo (PPP-CAACTL, 2022) está localizada na Rua dos Carpinteiros N° 78, Setor jardim Paulista, Araguaína-TO, conforme descrito por Mendes (2020) em consonância com o (PPP, 2022), a unidade atende somente crianças e adolescentes do gênero masculino, com idade entre 06 a 18 anos, cabe enfatizar

que as duas unidades executam o desligamento dos jovens ao atingirem a maioridade, sendo esta 18 anos.

Para melhor compreensão da localidade das unidades de acolhimento em Araguaína, de acordo os endereços descritos anteriormente, fica aproximadamente 2.1 Km de distância uma da outra, localizados em bairros diferentes, portanto subtende-se então, que devido os equipamentos estarem distantes e os atendimento especificados por gênero, grupos de irmãos são separados e expostos a quebra de vínculos familiares.

Imagem 1- Mapa de Localização das Unidades de Acolhimento.



Fonte: “adaptada de” Google Maps. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place>

O processo que envolve desligamento por maioridade, segue os parâmetros descrito no art. 92, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde vem acrescentar sobre como deve ser realizado este desligamento, corroborando que deve “seguir um processo gradativo” ou seja estar diretamente ligado ao processo de qualificação para o mercado de trabalho, conforme salientado por Silva (2010, p. 54) a autora vem descrever que “a idade máxima para estes jovens permanecerem no abrigo é até 18 anos,” destacando ainda que após

o desligamento estes não são mais protegidos pela lei, e o momento de transição passa a ser visto como momento de conflito entre estar na instituição e estar na sociedade.

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico da instituição de acolhimento, sobre a preparação dos jovens para o desligamento reformula que o a preparação para o mercado de trabalho é um dos fatores primordiais almejado pela instituição, em destarte ao “Estes jovens ingressam em cursos profissionalizantes a partir dos 14 anos de idade, ainda afirma que é através da capacitação profissional que os jovens conseguirão desenvolver suas habilidades e viver de forma justa na sociedade” (PPP-CAACTL, 2022, p. 63).

Nesta cronologia que envolve o processo de preparação para o desligamento e o próprio pós desligamento, Silva (2010) corrobora sobre os jovens que não se sentirem preparados, para gerir suas vidas sozinhos, dentro da visão da autora “[...]após o egresso das casas abrigos estes podem se submeterem a caminhos que coloquem sua vida em risco,” neste caso a autora referência aos riscos “sociais tais como a rua, o envolvimento com drogas e, conseqüentemente, as prisões”. São estes os fatores que remetem a questionar se o desabrigamento por maioria está negligenciando os jovens egressos de abrigo Institucional.

4.2 Perfil dos acolhimentos

Para transcrevermos sobre os resultados desta pesquisa insta preliminarmente discorrermos sobre o público-alvo pesquisado. Tais sujeitos são atendidos temporariamente por políticas públicas de acolhimento, em Araguaína-TO.

Após, breve contextualização das unidades lócus da pesquisa, cabe aqui apresentar dados referente ao recorte temporário aos anos bases desta referida pesquisa conforme descrito na Tabela 7, a seguir, a qual circunscreve os números de acolhimentos em Araguaína - TO, alusivos aos anos de 2008 a 2022. Trata-se do quantitativo geral envolvendo crianças, adolescentes e jovens que foram institucionalizados na C.A.A.C.T.L. e na C.L. apesar da pesquisa não envolver todos os institucionalizados, tais números necessitam serem descritos a fim de que se tenha a dimensão do construto institucional em Araguaína, bem como, o conhecimento da população total desta camada vulnerável

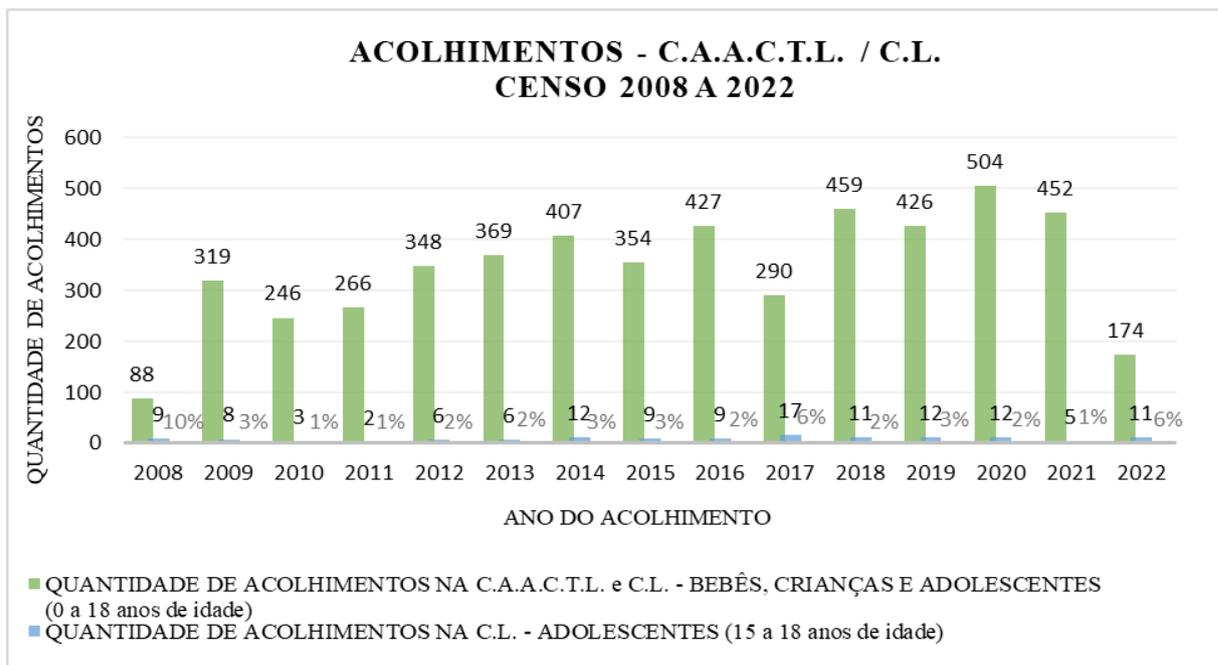
Tabela 7 – Número de acolhimentos, por ano e mês, em Araguaína – TO (2008 a 2022)

CENSO - Crianças e Adolescentes C.A.A.C.T.L. e C.L. – 2008 a 2022														
N.	Ano	Número de acolhimentos por ano e mês, em Araguaína												Qt. T.
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	2008					2	3	11	6	10	14	18	24	88
2	2009	24	26	27	33	30	33	36	29	24	19	19	19	319
3	2010	16	13	21	20	20	21	19	19	22	26	25	24	246
4	2011	21	22	22	27	28	25	26	20	23	0	23	29	266
5	2012	26	23	25	26	31	32	27	32	36	33	27	30	348
6	2013	31	25	29	32	27	27	26	32	37	35	36	32	369
7	2014	32	35	33	40	35	28	36	33	30	32	43	30	407
8	2015	34	36	28	29	33	27	25	31	27	26	26	32	354
9	2016	38	32	36	32	31	38	29	31	39	44	43	34	427
10	2017	24	25	22	18	28	24	19	23	15	20	31	41	290
11	2018	41	25	29	31	34	39	42	40	42	42	41	53	459
12	2019	33	39	33	26	35	36	39	37	35	35	36	42	426
13	2020	34	33	43	42	44	43	43	46	46	42	45	43	504
14	2021	37	41	42	45	42	44	39	34	35	34	26	33	452
15	2022	16	20	14	12	9	14	9	13	15	8	26	18	174
Total: 5129														

Fonte: Autor (2024) Dados coletados das tabelas de registros Casa Ana e Casa-Lar

Para melhor ilustrar o número de acolhimentos, por ano e mês, o gráfico 2, a seguir, expõe em percentuais, a razão entre o número de jovens institucionalizados e o quantitativo de acolhimentos ocorridos entre os anos de 2008 a 2022, na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima e na Casa Lar.

Gráfico 2 – Acolhimentos C.A.A.C.T.L. e C.L.



Fonte: Autor (2024) Dados coletados das tabelas de registros Casa Ana e Casa-Lar

De acordo com o gráfico 2 e considerando toda a população da pesquisa (bebês, crianças e jovens de até 18 anos de idade), descreve-se um total de 5.129 (cinco mil cento e vinte e nove) acolhimentos. Ao analisar a população da pesquisa e considerando uma ordem decrescente, nota-se uma maior incidência de acolhimentos para o ano de 2020 com um total de 504 sujeitos institucionalizados, seguido dos anos de 2018 e 2021, com 459 e 452 sujeitos institucionalizados, respectivamente.

Subscreve-se que no ano de 2020 houve um aumento significativo no número de sujeitos em acolhimentos institucionais. Pesquisas, revelam que em virtude da pandemia, crianças e adolescentes foram expostos a diferentes situações, rompendo assim os seus direitos e aumentando os índices de institucionalização. O país, conseqüentemente, as famílias, de maneira particular as mais vulneráveis, passaram por impactos negativos como o desemprego, a pobreza, o aumento da violência no âmbito familiar, a fome, em outras palavras, vivenciou conjunturas ditas como “um conjunto ideal para o agressor” onde as “chances de defesa” das crianças e dos adolescentes, foram atenuadas (BRITO, 2023, s/p).

No que concerne ao ano de 2021, acredita-se que os números foram elevados em virtude do agravamento dos fatores evidenciados na pandemia, dentre eles: o abuso sexual, o abandono, os maus tratos-físicos e psicológicos, dentre outros. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), tratou-se de um período em que muitos jovens tiveram os seus direitos desrespeitados.

[...] O abuso sexual, a exploração, os maus-tratos e a ausência do atendimento mínimo são fatores muito fortes que levam ao acolhimento [...] a vulnerabilidade da família como um todo aumentou, uma realidade evidenciada, por exemplo, pela percepção de aumento no número de crianças em situação de rua [...] a vulnerabilidade que tínhamos no início de 2020 já era muito grave, mas a pandemia trouxe outros fatores que agravaram isso tudo ainda mais (ANDI, 2022, s/p).

As famílias do mundo inteiro passaram por uma realidade ainda não vivenciada. Muitas das situações familiares foram agravadas, outras, foram escancaradas. Nada obstante, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades foram institucionalizadas, ou seja, receberam o acolhimento e convivem(ram) em instituições de abrigo temporário. Em Araguaína, a situação não foi diferente, uma vez que os dados revelam os maiores índices de acolhimento respectivamente nos anos de 2020, 2018 e 2017, podendo estarem ligados aos fatores econômicos e pandêmicos do País.

Em continuidade aos dados coletados em pesquisa e alusivo aos 15 (quinze) anos de funcionamento das unidades supracitadas, as exposições e transcrições vindouras, referem-se

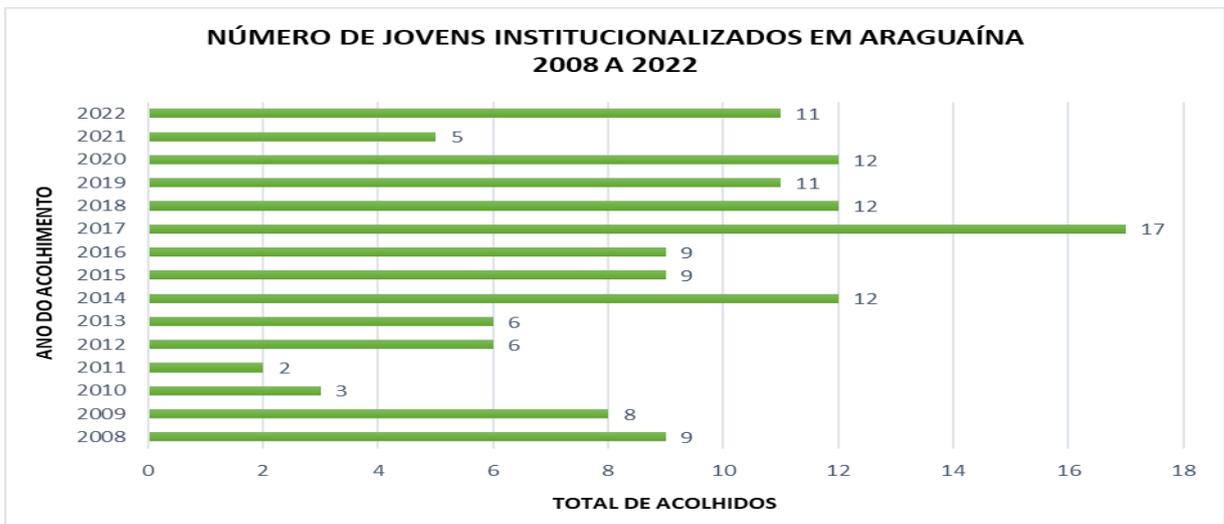
apenas ao público jovem, sendo este caracterizado como descrito pelo Estatuto da Juventude, ou seja, apenas os sujeitos com idades a partir de 15 anos sendo estes o ponto de partida para chegar aos desabrigados por m maioridade o qual representam a amostra desta pesquisa. Para tal, convoca-se a tabela 8, a seguir, para expor o número de jovens institucionalizados em Araguaína entre os anos de 2008 a 2022.

Tabela 8 - Número de jovens institucionalizados em Araguaína, anos 2008 a 2022

N	ANO	NÚMERO DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS EM ARAGUAÍNA												QT.
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1	2008					1	0	2	0	1	0	2	3	9
2	2009	0	1	0	3	1	0	1	0	0	1	1	0	8
3	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
4	2011	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
5	2012	1	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1	6
6	2013	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	6
7	2014	2	1	3	0	0	0	1	1	2	1	1	0	12
8	2015	3	3	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	9
9	2016	0	1	1	0	1	4	0	0	2	0	0	0	9
10	2017	4	1	0	1	3	0	0	1	2	2	0	3	17
11	2018	1	2	1	0	1	0	2	1	1	0	1	2	12
12	2019	3	4	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	11
13	2020	0	1	0	1	0	0	2	1	2	4	0	1	12
14	2021	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	2	0	5
15	2022	1	1	0	1	1	1	0	1	2	1	1	1	11
													Total	132

Fonte: Autor (2024) dados extraídos das Fichas de acolhimento casa Ana e Casa-Lar

Para melhor ilustrar o número jovens institucionalizados em Araguaína, nos anos de 2008 a 2022, mobiliza-se o Gráfico 3.



Fonte: Autor (2024) dados extraídos das Fichas de acolhimento casa Ana e Casa-Lar

Do quantitativo de jovens institucionalizados, ano a ano, obteve-se um total de 9 (\cong 7 %) acolhidos no ano de 2008; 8 (\cong 6 %) em 2009; 3 (\cong 2,2 %) em 2010; 2 (\cong 1,6 %) em 2011; 6 (\cong 4,6 %) em 2012; 6 (\cong 4,6 %) em 2013; 12 (\cong 9 %) em 2014; 9 (\cong 7 %) em 2015; 9 (\cong 7 %) em 2016; 17 (\cong 13 %) em 2017; 12 (\cong 9 %) em 2018; 11 (\cong 8 %) em 2019; 12 (\cong 9 %) em 2020; 5 (\cong 4 %) em 2021 e 11 (\cong 8 %) em 2022. Um valor médio de 8 jovens institucionalizados por ano. Os anos de 2017 e 2014 foram os anos que obtiveram índices mais elevados no quesito acolhidos, enquanto os anos de 2011 e 2010 apresentaram menor equivalência.

O gráfico 3 mostra-nos o ano de 2017 enquanto ano de maior representatividade dos jovens acolhidos, o que difere dos anos citados nos estudos de Mendes (2008) e Cruz (2022). No entanto, é necessário ressaltar que não se pode descartar o ano de 2018 enquanto um ano significativo a pesquisa, tendo em vista que a institucionalização, independentemente da idade do acolhido, seja na tenra idade, na adolescência ou quando jovem, a qualquer dia, mês ou ano, acarreta uma ruptura nas relações parentais, podendo possivelmente ocasionar consequências negativas ao desenvolvimento do sujeito (CRUZ, 2022).

Se tratando do jovem de até 18 anos, fase da construção da identidade, acrescenta-se os possíveis efeitos negativos na vida adulta e na formação da identidade do sujeito, conforme afirma Fonseca (2017) ao enfatizar que:

A adolescência é um período de transição da fase infantil para a idade adulta, no qual ocorrem mudanças de ordem física, cognitiva, emocional e social. Nesta fase, os adolescentes passam pelo processo de construção de identidade, que acontece em interação com a comunidade, podendo influenciar de forma positiva ou negativa o seu desenvolvimento (FONSECA, 2017, p. 287).

Neste construto por ser uma fase de transição, acredita-se que não é uma alternativa para o jovem ser acolhido, uma vez que segundo a autora, estes deveriam estar inseridos no contexto família, escola e instituição sociais”, ou seja, em ambientes que garantam a proteção de seus direitos sociais, emocionais e físicos subjetivando maiores expectativas de sucesso.

No que concerne aos dados gerados para esta pesquisa, em outras palavras, número de jovens de 15 a 18 anos de idade, acolhidos nas Unidades de Acolhimento de Araguaína, enumera-se um total de 12 (doze) jovens desligados por maioria, em Araguaína-TO, no recorte temporal de 2008 a 2022, período desta pesquisa. A tabela 9, a seguir, expõe estes números.

Tabela 9 – Jovens Desligados por Maioridade

JOVENS DESLIGADOS POR MAIORIDADE			
N	ANO	GÊNERO	
		M	F
01	2008	0	0
02	2009	0	0
03	2010	0	0
04	2011	0	0
05	2012	0	0
06	2013	1	0
07	2014	0	1
08	2015	1	0
09	2016	0	2
10	2017	0	1
11	2018	0	0
12	2019	0	1
13	2020	3	1
14	2021	0	1
15	2022	0	0
		5	7
TOTAL			12

Fonte: Autor (2024) Dados secundários Fichas de acolhimento.

De acordo com a tabela 9, observa-se que houve um maior desligamento no ano de 2020. Deste fato, podemos destacar que não existe um fenômeno ao qual relacione a elevação da incidência de desligamento, tendo em vista que o desligamento é sempre realizado quando o jovem atinge a maior idade. Em contrapartida e em análise aos números expostos, visualiza-se os anos de 2008 a 2012, ainda, 2018 e 2022, enquanto anos com nenhuma incidência de desligamento. Entre 2008 a 2012 ocorreram somente reintegrações de jovens com 17 anos.

Do gênero dos jovens desligados do acolhimento, obteve-se um número de 5 jovens do gênero masculino e 7 jovens do gênero feminino. Ou seja, uma maior incidência de desligamentos para o gênero feminino.

Por existir uma predominância de acolhimentos para o gênero feminino, subtende-se que, possivelmente, seria este um dos motivos influenciadores para a maior incidência de desligamentos para os sujeitos do gênero feminino. Outro, a incidência de desligamentos para o gênero feminino pode estar relacionada ao discurso errôneo de que o sujeito do gênero feminino não consegue gerir sua vida de maneira independente após o desabrigoamento, ou mesmo, são negados pelos seus familiares.

Ao analisar os registros e fichas de acolhimento foi revelado, majoritariamente, que os sujeitos do gênero feminino ao atingirem os 17 anos de idade são reintegres a parentes próximos, assim como, retornam ao âmbito antes vivenciado. Em suma, insta-se um estudo mais aprofundado para esclarecer os reais motivos, para o gênero feminino e sua relação com o desligamento por maioridade.

Oportuno registrar as idades de ingresso dos doze jovens supramencionados, são elas: 1 sujeito com 18 anos de idade; 4 sujeitos com 17 anos de idade; 4 sujeitos com 16 anos de idade; 2 sujeitos com 15 anos de idade e 1 sujeito com 13 anos de idade. Em outras palavras, aproximadamente 70% dos jovens em pesquisa ingressaram ao acolhimento com 16 e/ou 17 anos de idade, trata-se de jovens que vivenciaram curtos períodos nas casas abrigos de Araguaína-TO.

Por mais que o acolhimento provisório seja uma política pública que busca suprir as necessidades do sujeito em vulnerabilidade (até porque um dos objetivos é fazer com que o acolhido seja reintegre ao seu lar e, na impossibilidade desta situação, seja adotado) muitos dos jovens em acolhimento acabam permanecendo no abrigo por pouco tempo e poucas são as chances de adoção. Há registros, em Araguaína, de evasão e tentativas de fugas, antes mesmo ou próximo estes jovens atingirem a maioridade.

Muitos são os determinantes e fatores de risco que encaminham um adolescente a uma instituição de acolhimento temporário. Diferentes são os contextos e famílias destes sujeitos. Os doze jovens desabrigados por maioridade, em Araguaína, foram acolhidos por diferentes e mais de um motivo, dentre eles: maus tratos quase sempre seguidos por abuso sexual; ameaça, agressões e dependência por parte dos responsáveis; risco social e pessoal (situação de rua) e até mesmo por abandono.

Da configuração parental destes jovens, cita-se que: 04 (\cong 34 %) são jovens pertencentes a um contexto familiar formado pela genitora e irmãos; 04 (\cong 34 %) são de contextos não informados, ou seja, a configuração familiar não foi revelada em ficha de acolhimento; 02 (\cong 16 %) jovens possuíam a configuração parental formada pelos genitores e irmãos; 01 (\cong 0.08 %) com configuração familiar formada apenas pela genitora e 01 (\cong 0.08 %) pelo genitor e madrasta.

Dados divulgados pelo site MBI (1990) contabilizam um total de 141 bairros, distritos e localidades, especializados no município de Araguaína Tocantins. Neste panorama e considerando os dados coletados nas fichas de acolhimento das casas abrigos em Araguaína-TO, ao correlacionar o quantitativo total de localidades do município (141 bairros) com os espaços geográficos de moradia dos jovens institucionalizados, descritos nesta pesquisa e que

passaram pela Casa de Acolhimento, faz jus revelar que houve a incidência de acolhimentos em 38 (\cong 27%) localizações geográficas. Nestas, contabilizaram-se a incidência de 72 acolhimentos, identificados. A tabela 10, a seguir, expõe os setores de moradia dos jovens institucionalizados ou que passaram pela unidade, em números e por gêneros, em Araguaína Tocantins.

Tabela 10 – Localização de moradia dos jovens institucionalizados

Setores/Bairros	NÚMERO DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS	GÊNERO	
		FEM	MASC
Araguaína Sul	9	3	6
Lago Azul	6	4	2
Costa Esmeralda	4	3	1
Bairro São João	3	0	3
Bairro JK	3	1	2
Céu Azul	3	2	1
Nova Araguaína	3	2	1
Maracanã	2	1	1
Setor Oeste	2	2	0
Centro	2	2	0
Dom Orione	2	2	0
Alasca	2	1	1
Rodoviário	2	1	1
Vila Azul	2	2	0
Urbano	2	2	0
Caju Manso	2	2	0
Martins Jorge	1	1	0
Setor Tiúba	1	0	1
Setor Brasil	1	1	0
Entroncamento	1	1	0
Vila Goiás	1	1	0
Santa Luzia	1	0	1
Vila Norte	1	1	0
Santa Terezinha	1	1	0
Ana Maria	2	0	2
Neblina	1	1	0
Universitário	1	1	0
Monte Sinai	1	0	1
Bairro Senador	1	0	1
Morada do Sol	1	0	1
Setor Couto	1	1	0
Anhanguera	1	1	0

Itaipu	1	1	0
Loteamento castelo branco	1	1	0
Parque bom viver	1	1	0
Construindo um sonho	1	0	1
Novo Horizonte	1	1	0
Jardins das mangueiras	1	0	1
TOTAL	72	44	28

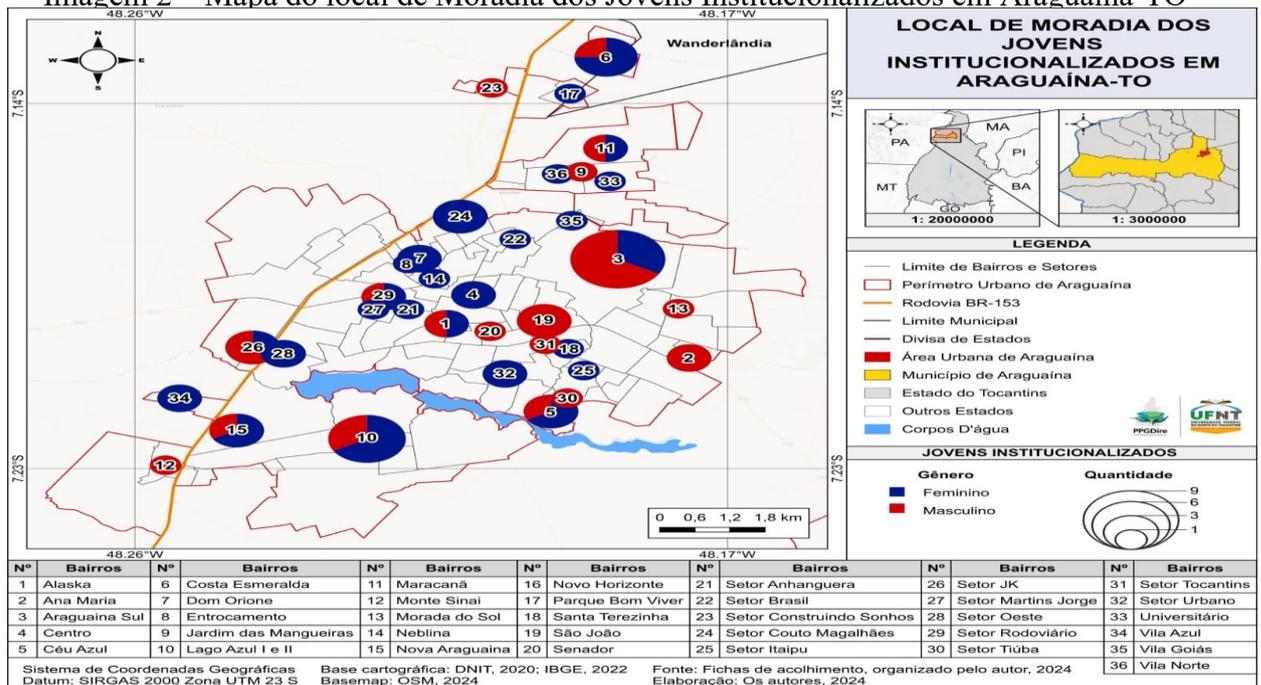
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024. Dados secundários Fichas de acolhimento.

De acordo as áreas descritas na tabela supra exposta, em escala decrescente, citam-se as 7 (sete) localidades do município com maiores incidências identificadas, são elas: Araguaína Sul ($\cong 12,5\%$), Lago Azul ($\cong 8,3\%$), Costa Esmeralda ($\cong 5,5\%$), Bairro São João ($\cong 4,2\%$), Bairro JK ($\cong 4,2\%$), Céu Azul ($\cong 4,2\%$) e Nova Araguaína ($\cong 4,2\%$).

Torna-se pertinente elucidar que para além das 72 localizações geográficas descritas em tabela, somam-se 36 situações em que as alusivas informações não se encontravam explicitadas nos documentos da casa de acolhimento. Ademais, 24 casos referentes a outras regiões, distintas do Estado do Tocantins.

Para melhor compreensão, referindo-se ao local de moradia dos jovens institucionalizados em Araguaína-TO, o mapa 2, traz evidências dos setores, os quais residiam os jovens quando foram acolhidos.

Imagem 2 – Mapa do local de Moradia dos Jovens Institucionalizados em Araguaína-TO



Fonte: Autor (2024), Dados secundários extraídos das fichas de acolhimento, 2024.

Neste ínterim, torna-se pertinente expor, em uma maior amplitude, os espaços geográficos de moradia dos jovens institucionalizados a partir da Unidade de Federação. A tabela 11, apresenta o fluxo de acolhimento por Estado, município e/ou cidade, o que inclui o município de Araguaína (dados descritos na tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição de acordo com a Unidade de Federação em que o jovem foi institucionalizado e encaminhado para a Casa de Acolhimento, em Araguaína Tocantins

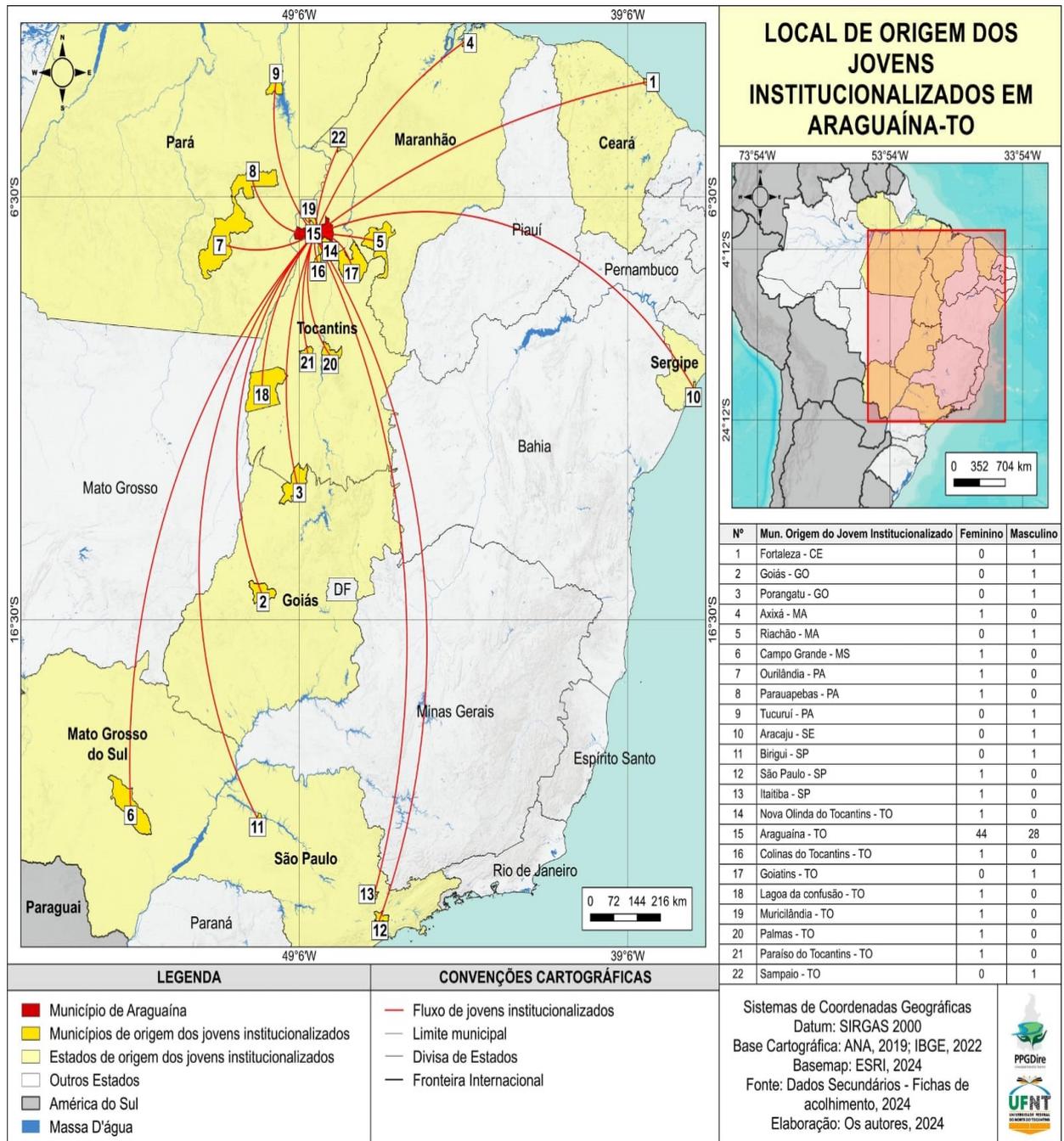
UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)	CIDADE/MUNICÍPIO DE ORIGEM DO JOVEM INSTITUCIONALIZADO	GÊNERO	
		FEM	MASC
TO	Nova Olinda	1	0
	Araguaína -	44	28
	Colinas	1	0
	Goiatins	0	1
	Lagoa da confusão	1	0
	Muricilândia	1	0
	Palmas	1	0
	Paraiso	1	0
	Sampaio		1
PA	Ourlândia	1	0
	Parauapebas	1	0
	Rio Branco	1	0
	Rio Preto	0	2
	Tucuruí	0	1
GO	Goiás	0	1
	Porangatu	0	1
SP	Birigui	0	1
	Heliópolis (Favela)	1	0
	Itaitiba (Favela)	1	0
MA	Axixá	1	0
	Riachão	0	1
CE	Fortaleza	0	1
MS	Campo grande	1	0
SE	Aracaju	0	1
TOTAL		57	39
		96	

Fonte: Autor (2024), Dados secundários Fichas de acolhimento, 2024.

Considerando a população total de jovens institucionalizados por Unidade de Federação, destaca-se que o maior fluxo de encaminhamento de jovens para a Casa de

Acolhimento é procedente do próprio Estado em que se realizou a pesquisa, abrangendo, portanto, um total de 80 ($\cong 60,6\%$) jovens acolhidos no Estado do Tocantins. Destes, 72 ($\cong 54,5\%$) jovens são do pertencentes ao município de Araguaína, sendo 44 ($\cong 61,2\%$) jovens do gênero feminino e 28 ($\cong 38,8\%$) jovens do gênero masculino. Para melhor compreensão sobre o local de origem dos jovens institucionalizados em Araguaína-To, observa-se o mapa 3 a seguir.

Imagem 3 – Mapa de local de Origem dos Jovens Institucionalizados em Araguaína-TO



Fonte: Autor (2024) Dados secundários extraído das fichas de acolhimento, 2024.

Ao que difere do fluxo de encaminhamentos para a institucionalização, registra-se que mais da metade dos jovens são pertencentes do Estado do Tocantins, sendo, majoritariamente, do município de Araguaína e do gênero feminino. Das outras localidades do Tocantins, exposta em tabela, destaca-se: Nova Olinda, Colinas, Goiatins, Lagoa da Confusão, Muricilândia, Palmas, Paraiso e Sampaio.

Pertinente elucidar que para além do Estado do Tocantins, a pesquisa contabilizou fluxos de encaminhamentos de outras Unidades da Federação, são elas: 06 (\cong 4,6%) jovens do Estado do Pará, 03 (\cong 2,3%) jovens do Estado São Paulo, 02 (\cong 1,5%) jovens do Estado do Goiás, 02 (\cong 1,5%) jovens do Maranhão, 01 (\cong 0,75%) jovem do Ceara, 01 (\cong 0,75%) jovem do Mato Grosso e 01 (\cong 0,75%) jovem de Sergipe. A estes números e percentis somam-se os 36 (\cong 27,3%) casos em que as abrangências não foram identificadas.

Outro destaque a minutar é que quatro das Unidades de Federação supra referenciadas, fazem limites com o Estado em que ocorreu a pesquisa, sendo eles: Pará, Goiás, Maranhão e Mato Grosso.

4.3 Análise das Entrevistas

Ao que difere as análises das entrevistas cabe destacar que estas foram gravadas em áudios e transcritas, tendo como fator ímpar, observar os argumentos dos jovens desligados por maioria das casas abrigo de Araguaína, sobre a ótica dos próprios jovens, em consequente associar os transcritos com as teorias base desta referida pesquisa “Necropolítica e Juvenicídio” a fim de correlacionar se as políticas públicas de acolhimento exercem um papel de proteção ou negligência de direitos.

Tendo em vista os 15 anos de funcionamento das instituições em Araguaína-To totalizaram 12 jovens desligados por maioria, seis destes foram entrevistados e são aqui identificados pelos nomes fictícios de: João, Maria, Venâncio, Jonas, Margarete e Judite, foi oportuno realizar entrevista com 6 jovens que corresponde um total de 50% dos desligados por maioria.

Torna-se relevante destacar que estes jovens não possuem moradia própria, ou seja, vivem em imóveis locados, outro fator a ser destacado é sobre a composição familiar, sendo que foi identificado, jovem que teve seus vínculos familiares rompidos ao ponto de autoconsiderar-se não ter família, para melhor compreensão o quadro 4 apresenta: idade gênero, renda familiar e composição familiar, conforme segue:

Quadro 4 - caracterizações dos entrevistados “gênero, idade, composição familiar e renda”.

Entrevistado	Gênero	Idade	Composição familiar	Renda familiar
João	Masculino	22 anos	Esposa	R\$2.000
Maria	Feminino	19 anos	Não tem	R\$1.700
Venancio	Masculino	20 anos	Genitora 3 irmãos	R\$3.000
Jonas	Masculino	19 anos	Pai adotivo	R\$1.412,00
Margarete	Feminino	19 anos	Não tem	R\$1.412,00
Judite	Feminino	22 anos	2 irmãos	R\$2.000

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024, dados transcritos das entrevistas.

Com relação a composição familiar observou que os jovens desligados por maioridade não retornam a família de origem, no entanto, a atual família do jovem, quando ele não se considera sem família, é composta por ele um amigo ou grupo de irmãos que foram institucionalizados juntos, dentre os 6 entrevistados pode ser identificado a composição familiar composta por 1 até 5 integrantes, onde o jovem que mora sozinho não considera os vínculos familiares e diz ser sozinho.

Cabe destacar que, a jovem Maria, teve os laços familiares rompidos, sua trajetória no acolhimento, pode haver com esta decisão, uma vez que ficou institucionalizada por um período de 7 anos, durante este período presenciou suas duas irmãs serem adotadas e atualmente não mantem contato com elas; cabe destacar que, houve duas tentativas de adoção com a jovem, porém não foram bem-sucedidas, acarretando retorno à instituição de acolhimento, de onde saiu por maioridade.

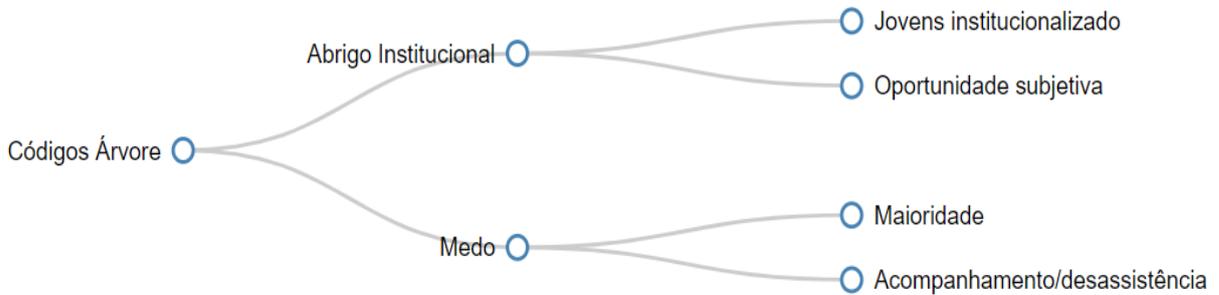
Outro fator relevante, é que após Jonas atingir a maioridade foi morar com um senhor e o considera pai adotivo; nevrálgico destacar que, Jonas passou 8 anos institucionalizado, durante este período houve 4 tentativas de adoção, porém o jovem permaneceu na unidade de acolhimento até ser desligado por maioridade, sobre a reinserção de Jonas no contexto familiar, não obteve êxito, na entrevista o jovem destaca que sua família extensa não teria condições em cuidar de mais uma criança.

Sobre sua genitora, devido envolvimento com drogas e bebida não havia possibilidade de reinserção, segundo Jonas, atualmente mantem contato com a genitora, a qual ainda permanece morando na mesma cidade, sobre as mesmas condições de usuária de drogas.

Sobre a renda familiar dos jovens entrevistados, foi identificado através dos relatos que vivem com uma renda atualmente entre R\$1.412,000 e R\$3.000,00, esta renda é advinda do trabalho remunerado, executado pelos próprios jovens e ou juntamente com os membros familiares. Sobre a inserção em programas de governo tais como: Bolsa família ou aluguel

para formação da malha temática das categorias e subcategorias, conforme imagem 5 a seguir.

Imagem 5 - Código árvore Categorias Temáticas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)- software WebQDA.

Em definição das categorias temáticas o quadro a seguir realça a descrição das categorias e subcategorias.

Quadro 5 - Descrição das categorias e subcategorias.

Categoria	Subcategorias	Excertos das entrevistas
Abrigo Institucional	Jovens institucionalizado: Percepções dos jovens com relação ao período em que ficaram institucionalizados na casa de acolhimento	“A casa não é um lugar muito bom, mas também não é um lugar ruim para quem está precisando. Por um lado, tem certas coisas que a casa ajuda na vida do adolescente, mas por outra não é tão assim não”. (JOÃO, 2023)
		“Na casa de acolhimento com o passar do tempo fui me acostumado, tinha hora que era bom outra hora ruim, lá tinha as cuidadoras que eu me dava super bem, e com outras.” (JUDITE, 2023)
		“A casa de acolhimento ela tem um lado bom e um lado ruim. O lado bom da casa de acolhimento e que ela proporciona muitas oportunidades, tem ali é os cursos oportunidade de serviço, tem psicólogos, a casa de acolhimento proporciona muitas coisas boas e assim vai as oportunidades que eu acho boa”. (MARIA, 2023)
	Oportunidade subjetiva: Processos que envolvem a preparação do jovem para gerir sua vida pós o desabrigo.	“Para mim do jeito que eles estão tá perfeito tem o que mexer não. Cheguei ter um emprego lá que foi no aeroporto eles arrumaram para mim, trabalhei 1 mês lá como o povo não queria, assinar o contrato né e ou assinar a carteira o juiz não autorizava aí me tiraram do serviço do aeroporto”. (VENÂNCIO, 2023)
		“A casa e um lugar que ajuda muito as pessoas, sou grato por conta que quando eu consegui meu primeiro emprego lá através de menor aprendiz eles sempre tinham esse receio de guardar o nosso dinheiro para quando nos sair agente conseguir as coisas aqui fora, isso foi um lado bom”. (JOÃO, 2023)

		<p>“La no abrigo eu aprendi muita coisa lá dentro, por exemplo eu era muito, danado dava muito trabalho, não tinha consciência de nada meu negócio era só fugir, só fugir aí com o passar do tempo quando fez 2 anos que estava lá dentro, eu peguei respeito pelas pessoas confiança.” (JONAS, 2023)</p> <p>“Também a casa ela ajuda a gente a arrumar um emprego e cuida de todos que estão lá apesar de nós não sair muito ne, eu ficava também um pouco triste porque eu só via meu irmão as vezes quando tinha festinha comemorativas na casa ou então uma vez por semana.” (JUDITE, 2023)</p>
Medo	<p>Maioridade: demonstra a saída do jovem do abrigo institucional e os fatores emocionais ao atingir a maioridade.</p>	<p>“Quando eu completei meus 18 anos eu estava com pouco de medo, de sair porque eu não conhecia aqui fora, não sabia como era a cidade de Araguaína se eu ia dar certo aqui fora, se eu ia conseguir viver minha vida conseguir ter minhas coisas eu tinha um pouco desse medo”. (JOÃO, 2023)</p> <p>“Mas eu sentia muito medo de não dar conta de tudo aqui fora, eu ficava ansiosa e não conseguia nem pensar porque eu passei esse tempo todo eles que fazia as coisas pra mim tipo a questão de ir no supermercado, banco essas coisas ne, eu ficava com muito medo, também a questão do meu trabalho se eu fosse mandada embora como seria, como eu iria cuidar dos meus irmãos”. (JUDITE, 2023)</p> <p>“Eu tinha muito medo pois não me sentia preparado passa sair da casa, se eu falar que sentia preparado para enfrentar o mundo, eu estou mentido, porque não é fácil não”. (JONAS, 2023)</p>
	<p>Acompanhamento/desassistência: Descreve sobre a vida do jovem após o desabrigo, ou seja, a configuração do acompanhamento exercido pela política pública de acolhimento institucional.</p>	<p>“A questão do acompanhamento, não fizeram nada, quando eu fiz meus 18 anos só pegaram uma parte do meu dinheiro alugaram uma casa pra mim e simplesmente pegaram minhas coisas tudo que estava na casa e eu e me levaram até esta casa que eu morava antes.”(JOÃO, 2023)</p> <p>“Teve aí em relação a mais em questão de estudo essas coisas aí em questão de alimentos também que eles ajudavam quando nos pedia, foram 3 meses ajudando toda vez que precisava eles falavam que podia pedir aí a minha mãe pedia eles ajudavam.”(VENÂNCIO, 2023)</p> <p>“Eles me ajudaram com sexta básica, era para meu pai receber um auxílio financeiro, mas não sei se ele conseguiu tirar, porque como eles falaram que ele era aposentado ele não conseguiria tirar.” (JONAS, 2023)</p> <p>“Há eles falavam também a questão do aluguel que eles iriam pagar, eu não sei como, mas está sendo eu que pago tudo aqui água, luz, comida, tudo as vezes elas trazem uma cesta básica e só”. (JUDITE, 2023)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024. Dados transcritos das entrevistas.

Ao observar o quadro 5 percebe-se que as categorias e subcategorias seguem as respectivas definições, sendo que a categoria Abrigo institucional, deu origem a mais duas subcategorias, intituladas “jovens institucionalizado e oportunidade subjetiva”, em destarte a primeira subcategoria, esta vem ao encontro à visão do jovem sobre a casa de acolhimento, ou seja, permite descrever sobre os pontos positivos e negativos vividos pelos jovens enquanto

institucionalizados. A segunda subcategoria intitulada “oportunidade subjetiva” trata dos processos que envolvem a preparação do jovem para gerir sua vida pós o desabrigo, o termo subjetivo apesar de não estar contido na nuvem de palavras constitui esta temática uma vez que foi observado que estas oportunidades se apresentam de forma diversificada para os jovens institucionalizados.

Em destaque a categoria, intitulada “Medo” cuja suas duas subcategorias são “Maioridade e Acompanhamento/desassistência”, a primeira subcategoria realça a saída do jovem do abrigo institucional e os fatores emocionais ao atingir a maioridade, uma vez que para os 6 jovens entrevistados a saída da instituição de acolhimento foi mediante a maioridade (18 anos). A segunda subcategoria denominada “Acompanhamento/desassistência” permite descrever sobre a vida do jovem após o desabrigo, ou seja, a configuração do acompanhamento exercido pela polícia pública de acolhimento institucional.

Apresentado o público jovem desligado por maioridade das casas abrigos e as categorias temáticas oriundas da nuvem de palavras cabe aqui apresentar as referências que corroboram para o desfecho da política pública de acolhimento em Araguaína-TO, quando foi oportunizado aos jovens falarem sobre o abrigo institucional, temática descrita na primeira categoria juntamente com a subcategoria “Jovens institucionalizados,” João, Venâncio e Maria, destacam duas vertentes para o abrigo, ou seja o lado bom e o lado ruim, pode ser observado que o lado bom estão atrelados ao apoio advindo dos “ psicólogos, cuidadores, inserção na escola, e as refeições diárias” ofertada pelo abrigo, já o lado ruim reverberam na questão da privação de liberdade assim, João realça, “eles não te deixa fazer nada, não deixa sair, fora as desavenças que a gente têm as vezes com os cuidadores, agente discute briga, entre os acolhidos mesmo e é mais ou menos isso”.

Para Maria a vivência no abrigo, soa nos mesmos moldes apresentado por João, traz em sua fala as duas vertentes lado bom e ruim, verbalizando que: “casa de acolhimento com o passar do tempo fui me acostumado, tinha hora que era bom outra hora ruim, lá tinha as cuidadoras que eu me dava super bem, e com outras não”.

Agora o lado ruim da casa de acolhimento que eu acho no meu ponto de vista que eu vivenciei lá durante os 7 anos é que eu acho assim ruim é não ter assim a criança como é que vivi em vulnerabilidade acho que ela deveria, assim por que ela fica muito presa ali, é uma local segura, mas ela vive muito presa (MARIA, 2023).

Venâncio ao falar sobre a casa de acolhimento, enfatiza que para ter acesso fora da instituição teve que fugir, motivos estes atrelados ao stress por ficar muito tempo trancado.

Eu fugi mais por causa mais de, estres já de já muito tempo meio que trancado né, que é era só ir para escola e ficar trancado na casa aí a pessoa vai ficando agoniado querendo sair e viver um pouco aqui fora, ver como é que é aqui fora, naquela agonia de sair eu acabei, fugindo (VENÂNCIO, 2023).

No amago da política de acolhimento, torna pertinente destacar alguns elementos associados ao Necro-Juvenicídio, sendo este representado por fatores atrelado a morte simbólica, servindo de ponto de partida para repensarmos uma nova forma de execução dos serviços voltado ao acolhimento institucional, uma vez que ao ser observado as narrativas dos jovens entrevistados, desligados por maioria e associado a política de vida, encontramos fatores que acabam revertendo os direitos há vida, condicionando a morte simbólica dos jovens, conforme o quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Necro-Juvenicídio e Política de Vida.

Pontos necro-juvenicidas	Políticas de vida
Falta de acompanhamento posterior ao desligamento.	Acompanhamento com os profissionais.
Destruição complete com os vínculos familiares.	Preparação da base familiar.
Repulsão de acesso ao contexto social.	Poder ir e vir.
Interrupção abrupta sobre o poder de fala.	Ser ouvido/ liberdade de escolha.
Detrimento de um lar	Garantias de moradia.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024. Dados oriundos das entrevistas.

Estas narrativas sobre, necro-Juvenicídio e política de vida podem estar associado ao que Mbembe (2018), descreve sobre o “controle de pessoas no mesmo espaço”, onde a esfera superior condiciona os sujeitos, através do poder soberano, a tal ponto de decidir “o que fazer como fazer” ou seja os jovens institucionalizados passam a fazer parte de um sistema regido pela soberania, destacada pelo autor, onde o poder de decisão sobre o outro, torna-se capaz de “definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”.

Outro fator que pode estar associado ao abrigo de acordo a narrativa dos jovens institucionalizados é o que Rocha (2020), descreve sobre o Juvenicídio, onde uma parcela dos jovens é privada de “acessarem as políticas públicas,” ou seja “a privação de liberdades gerencia os institucionalizados de forma simultânea e desigual”.

Ainda dentro da primeira categoria, torna-se relevante apresentar a segunda subcategoria intitulada “oportunidade subjetiva,” esta vem de encontro em descrever sobre o processo de preparação do jovem para gerir sua vida pós o desabrigo, torna pertinente destacar que as narrativas, giram em torno de como o jovem foi preparado para assumir suas

responsabilidades após o desabrigo uma vez que este ocorre, independente de fatores econômicos, psicológicos e sociais.

Neste ínterim, João, Maria, Venâncio, Judite, Jonas e Margarete, narram estas oportunidades associadas a inserção no mercado de trabalho, destacam que a unidade de acolhimento oferta oportunidades, e ajuda o jovem a arrumar um emprego, João narra que “A casa é um lugar que ajuda muito as pessoas, sou grato por conta que quando eu consegui meu primeiro emprego lá através de menor aprendiz.” em consonância ao descrito Venâncio destaca ter a oportunidade de executar atividades laborais, porém por determinação judicial teve que ser desligado do local de trabalho.

“Cheguei ter um emprego lá que foi no aeroporto eles arrumaram para mim, trabalhei 1 mês lá como o povo não queria, assinar o contrato né e ou assinar a carteira o juiz não autorizava aí me tiraram do serviço do aeroporto”.

Maria, acrescenta ter iniciado as atividades laborais remunerativas aos 17 anos como jovem aprendiz, enfatiza sobre as oportunidades que a casa oferta são fatores positivos para os acolhidos “já sai empregada como jovem aprendiz, a casa de acolhimento deu a oportunidade e eu abracei a oportunidade”, Judite traz em sua narrativa, ter sido orientada a guardar o dinheiro, para subsidiar os custos de sua casa pós o desabrigo, pois tinha a incumbência de cuidar de seus irmãos “quando completei 16 anos eles arrumaram um emprego pra mim, disseram para eu guardar esse dinheiro para quando eu sair da casa eu levar meus irmãos e ter um pouco de dinheiro para sustentar a casa”.

Se torna nevrálgico destacar que dos 6 jovens entrevistados apenas Margarete e Jonas saíram da instituição de acolhimento sem ter executado atividades laborais remunerativas, porém atualmente Margarete destaca estar executando atividades laborais como designer de unhas onde sua renda é aproximadamente R\$800.00 mensais, e utiliza para os custos de suas despesas, Jonas continua desempregado tendo suas despesas custeadas pelo pai¹¹ adotivo, ou seja devido o jovem após ser desabrigado por maioridade, ter que ir morar com um senhor o qual não há laços consanguíneos, porém direciona a este como seu pai adotivo.

Ao observar as narrativas advindas dos jovens sobre a oportunidade subjetiva, ofertada pela instituição de acolhimento, percebe-se que este serviço apesar de ter passado por grandes avanços ainda estão arraigado no que, Daminelli (2022) descreve sobre as primeiras casas abrigos no Brasil onde seus objetivos além de terem caráter higienistas por retirar

¹¹ O pai ao qual o jovem se refere, e o senhor com quem ele mora atualmente. Se torna oportuno destacar que 3 dos jovens desligados por maioridade das casas abrigo de Araguaína, já moraram na residência com este senhor. Sendo que após algum tempo deixam a residência e decidem morar sozinhos.

crianças e jovens considerados não pertencentes ao contexto social das ruas, tinham como fator ímpar de reinserção a “função remodeladora”, ou seja a preparação do jovem para o mercado de trabalho seria um dos quesitos primordiais para o regresso há sociedade.

Enveredando para descrever sobre a segunda categoria intitulada, “Medo” e suas respectivas subcategorias “Maioridade e Acompanhamento/desassistência”, onde a subcategoria maioridade realça a saída do jovem do abrigo institucional e os fatores emocionais ao atingir a maioridade, esta permite descrever sobre como o jovem se sente ao ter a certeza que será desligado da unidade de acolhimento, a subcategoria denominada Acompanhamento/desassistência, descreve sobre a vida do jovem após o desabrigo, ou seja, a configuração do acompanhamento exercido pela política pública de acolhimento institucional.

Dito isto cabe apresentar os relatos dos jovens entrevistados. João destaca que ficou institucionalizado por um período de 2 anos e ao atingir a maioridade o medo de não conseguir gerir sua vida pós o desabrigo, veio atrelado a falta de conhecimento fora da unidade de acolhimento, assim destaca que:

Quando eu completei meus 18 anos eu estava com pouco de medo, de sair porque eu não conhecia aqui fora, não sabia como era a cidade de Araguaína se eu ia dar certo aqui fora, se eu ia conseguir viver minha vida conseguir ter minhas coisas eu tinha um pouco desse medo (JOÃO, 2023).

Nesta mesma ténue, Judite, também narra o medo, como fator preocupante há saída do abrigo, realça em “não dar conta de tudo aqui fora” um fator relevante que entrevistada traz é sobre o não fazer as coisas, podendo ser interpretado de forma negativa, a jovem ainda acrescenta que os profissionais realizavam as atividades “bancárias e compras de supermercado” neste intento a jovem relata:

Eu sentia muito medo de não dar conta de tudo aqui fora, eu ficava ansiosa e não conseguia nem pensar por que eu passei esse tempo todo eles que fazia as coisas pra mim tipo a questão de ir ao supermercado, banco essas coisas ne, eu ficava com muito medo (JUDITE, 2023).

Neste mesmo panorama de medo Jonas acrescenta “Eu tinha muito medo pois não me sentia preparado para sair da casa, se eu falar que sentia preparado para enfrentar o mundo, eu estou mentido, porque não é fácil não”.

Sobre a insegurança em destarte, esta advém do desligamento por maioridade, ao aproximar dos 18 anos percebe-se que a instituição não leva em consideração fatores atrelados

ao psicológico ou preparação do jovem para atuar como ser social, ou seja, independentemente de como se encontra o jovem é realizada o desligamento, neste contexto podemos observar características que demonstram a maioridade como fator preocupante para os jovens.

O medo se configura devido a quantidade tempo de institucionalização podendo estar atrelado a falta de conhecimento de como gerir sua vida, como afirma o entrevistado João, quando vai se aproximando da maioridade, “o medo vai se configurando por não saber como era a cidade de Araguaína” e por não acreditar conseguir viver sua vida sozinho por ter medo de não conseguir suas coisas.

Neste mesmo panorama, Judite vem corroborar sobre seus medos, torna oportuno destacar sobre a responsabilidade assumida pela entrevistada pois ao ser desligada da unidade de acolhimento levaria consigo seus 2 irmãos, demonstrando insegurança em assumir esta responsabilidade, devido à instabilidade no trabalho destacando que: “também a questão do meu trabalho se eu fosse mandada embora como seria, como eu iria cuidar dos meus irmãos.”

Para o entrevistado Venâncio, este cenário a maioridade, reverberou de forma diferente pois afirma estar “mais que preparado para a saída” acrescentando ainda “Eu me sentia mais que preparado para falar a verdade, sentia mais era vontade de sair mesmo, preparado eu já estava para sair desde o dia que eu entrei ninguém merece não”, o entrevistado em destarte retornou a família de origem juntamente com o grupo de irmãos.

Por fim sobre os relatos advindo dos entrevistados podemos perceber que o medo de deixarem a instituição de acolhimento acentua-se, hora por não sentirem preparados hora por não se sentirem capaz de assumir suas responsabilidades, neste intento a política pública de acolhimento pode ser vista como uma política que assegura os direitos de forma fragmentada e os jovens conforme afirma, Oliveira (2000) “não tem acesso as políticas públicas necessárias que asseguram os direitos básicos para a vida,”. Enveredando em descrever sobre a última subcategoria intitulada “Acompanhamento/desassistência” esta descreve sobre a vida do jovem após o desabrigamento, ou seja, a configuração do acompanhamento exercido pela política pública de acolhimento institucional.

No âmbito do acompanhamento percebe-se que as narrativas demonstram a continuidade ao assistencialismo descrito por Silva, Barbosa e Sousa (2006,) ao descreverem que, “o governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas. A sua urgência é geralmente com projetos temporários e do tipo assistencialista, pontual e excludente” neste ténue ao ser questionado sobre o acompanhamento após ser desabrigado

João realça não ter sido incluído neste acompanhamento, pelo contrário teve que subsidiar suas despesas com a renda que obteve enquanto estava exercendo atividades laborais remunerativas.

A questão do acompanhamento, não, um, não fizeram nada, quando eu fiz meus 18 anos só pegaram uma parte do meu dinheiro alugaram uma casa para mim e simplesmente pegaram minhas coisas tudo que estava na casa e eu e me levaram até esta casa que eu morava antes (JOÃO, 2023).

Acrescenta ainda “Em questão da ajuda de sexta básica eles falaram que iriam ajudar durante 10 meses em questão de aluguel, que iriam pagar durante 6 meses isso nunca aconteceu, o jovem acrescenta ainda que: “depois que você sai da casa você tem que se virar.”

Dentro da mesma perspectiva de pós desabrigoamento as oportunidades para Margarete se apresentaram de forma diferente, realça que “foi determinado pelo Juiz o acompanhamento por um período de 6 meses,” diante os relatos podemos identificar que durante este período será subsidiado apenas o local de moradia, outros requisitos básicos para manutenção da vida, tais como alimentação, medicação, traslado estes serão custeados pela entrevistada.

Em destarte ao acompanhamento a jovem relata “eles estão indo me visitar, eles chegam e conversam comigo falam para não gastar o dinheiro, no caso eles pagam o aluguel vão ficar pagando durante os 6 meses, mas a comida é eu mesmo que compro e minhas coisas pessoais”.

Para “Venâncio e Judite” houve o acompanhamento, porém pode ser identificado fatores atrelados ao assistencialismo, uma vez que as ações advindas da política pública de acolhimento reverberam em ações reparadoras e imediatistas, podendo ser vista nos relatos dos jovens.

sobre o acompanhamento depois do desabrigoamento, teve aí em relação a mais em questão de estudo essas coisas aí em questão de alimentos também que eles ajudavam quando nos pedia, foram 3 meses ajudando toda vez que precisava eles falavam que podia pedir aí a minha mãe pedia eles ajudavam (VENÂNCIO, 2023).

Sobre o apoio que eles dão para sair de lá e incentivar a estudar ne tentar arrumar emprego, mas depois você ver que não é só isso a vida aqui fora é bem diferente há eles falavam também a questão do aluguel que eles iriam pagar, eu não sei como, mas está sendo eu que pago tudo aqui água, luz, comida, tudo as vezes elas trazem uma cesta básica e só (JOÃO, 2023).

Mas apesar de tudo eu fiquei muito feliz quando eu completei meus 18 anos, porque eu estava livre posso ir onde eu quero, levar meus irmãos, vou para Igreja, as vezes em algumas festinhas com os amigos (JUDITE, 2023).

Por fim ao ser observado os relatos dos entrevistados em destarte a política pública pode haver relação com os preceitos da necropolítica, onde Mbembe (2018) destaca sobre a “coerção da esfera superior decidir o destino dos demais”, em outras palavras mesmo os jovens desligados por maioria das casas abrigos ficam sobre o controle por um período de tempo, seja por falta de assistência no caso o acompanhamento pós desligamento, seja por serem assistidos de forma fragmentada, no entanto a política pública que apregoa assegurar os direitos também pode negligenciá-los.

Diante as narrativas dos entrevistados “João Venâncio e Judite, Margarete, maria e Jonas” podemos identificar a trajetória do jovem desde a institucionalização há saída, em destarte ao Abrigo institucional, oportunidade subjetiva, medo, insegurança, instabilidade emocional, perda de direitos, insatisfação no período de tempo institucionalizado, rompimento de vínculos familiares, privação de liberdades e repulsão de direitos, divergente ao que difere a Lei que assegura os direitos constitucionais de crianças e jovens no Brasil.

Torna perceptível que após o jovem ser desligado, este passa a não ser reconhecido como sujeito que necessite dos serviços oriundos da política pública de abrigamento, em outras palavras a casa considera o jovem como sujeito de direitos até atingir a maioria (18 anos) após esta idade os jovens passam a ser visto como não pertencente a esta política pública.

Torna oportuno destacar no âmbito de continuidade aos estudos, dos 6 jovens entrevistados apenas a entrevistada Judite estar cursando nível superior os demais apresentam defasagem nos estudos pois afirma não ter continuado após o desabrigamento, outro ponto relevante e que ao referir sobre a saída do abrigo sempre os primeiros relatos vêm de uma sensação de liberdade, logo em seguida apresentam as dificuldades, ou seja o querer sair da instituição se demonstra maior que as dificuldades que irão enfrentar.

Mas apesar de tudo eu fiquei muito feliz quando eu completei meus 18 anos, porque eu estava livre posso ir onde eu quero, levar meus irmãos, vou para Igreja, as vezes em algumas festinhas com os amigos é muito bom, também estou estudando na faculdade UNOPAR, e medicina veterinária, e está bom eu posso dizer que está bom por tudo que nos já passamos estar tudo bom, meus irmãos também estão estudando na escola (JUDITE, 2023).

Ao que difere a preparação do jovem ao deixar a instituição de acolhimento torna perceptível que ainda carece de um maior período de temo, pois, algumas questões voltadas a insegurança e medo de não dar conta de se virar sozinho ainda estar presente na vida destes

jovens, outro fator que vem de encontro a esta insegurança é se de fato o acompanhamento pós desabrigoamento vai suprir as necessidades fora da casa.

Outro fator destacado pelos entrevistados são as visitas esporádicas, realizada pelos profissionais das unidades de acolhimento, pela lei que assegura este acompanhamento pós desabrigoamento esta seria por um período de 6 meses, porem foi observado que nem sempre este período é destinado a todos os desabrigados, ou seja o órgão que determina o período de acompanhamento decide o tempo a ser visitado, estas características pode ser associado ao que foi descrito sobre a política pública assistencialista, ou seja vai de encontro ao que Kerbauy (2007) descreve sobre os serviços de acolhimento, serem de cunho reparadores e imediatistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltada ao acolhimento institucional para crianças e jovens no Brasil passaram por grandes avanços, seja ele na mudança de suas nomenclaturas ou na forma de executarem seus serviços, um marco importante que se torna perceptível foi na década de 80 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde estes foram reconhecidos como sujeitos de direitos. Logo mais adiante surgiu então o Estatuto da Criança e do Adolescente atual lei que norteia os princípios institucionalísticos desde a deliberação para o acolhimento até saída do jovem.

Quanto as casas de acolhimento de Araguaína, o qual foram foco desta referida pesquisa, efetua seus serviços majoritariamente nos preceitos norteadores descrito pelo ECA, assim acolhem crianças e adolescentes de 0 aos 18 anos de idade, ou seja, após os jovens atingirem a maioridade são desligados dos serviços e reinseridos na sociedade. Atualmente, são duas unidades atuante em Araguaína, uma denominada Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenorio Lima, destinada em acolher crianças e adolescentes do gênero masculino e feminino e a autora denominada Casa Lar, ao ser observada a Casa Lar é apenas uma extensão da unidade Casa Ana, ou seja, atende somente crianças e adolescentes do gênero masculino, porém executam os mesmos parâmetros para o acolhimento e desligamento.

O que pode ser analisado no âmbito desta pesquisa sobre as casas de acolhimento em destarte é que há uma segregação de crianças e jovens, de acordo idade e gênero ou seja, independentemente de serem grupos de irmãos estes são separados.

Ao que refere as teorias utilizadas para referenciar os serviços de acolhimento optou-se por Necropolítica descrita por Mbembe (2018) e o Juvenicídio enfatizado por Rocha (2020), no tocante torna oportuno destacar as teorias, são de cunho a descrever a morte dos jovens que foram desligados por maioridade como também traçar uma visão sobre os serviços executados nas casas de acolhimento, uma vez que se acredita haver uma relação entre institucionalização e perdas de direitos sendo estes configurados como “morte simbólica”.

No tocante, os dados analisados durante o período desta referida pesquisa revelam um valor exorbitante para uma política pública que se diz assegurar os direitos de crianças e jovens, no entanto o total geral entre crianças e jovens foram 5.129 (cinco mil cento e vinte e nove) acolhimentos, realizados durante os 15 anos de funcionamento das unidades, fator este ao ser analisado de perto e comparado a pujança da cidade referenciada, não condiz com a realidade.

Ainda dentro dos dados numéricos, o acolhimento deste total resultou em 132 jovens com idades entre 15 e 18 anos, deste total apenas 12 foram desligados por atingirem a maioridade, ficando então uma dúvida, para onde foram os demais jovens institucionalizados? Voltaram para o ambiente de onde foram retirados devido a negligência de direitos ou foram direcionados para outro contexto familiar? Cabem novas pesquisas sobre isso.

Ao que refere a política pública de acolhimento ainda carregam em seus bojos institucionalistas as características arraigadas pelo poder de decisão do futuro do jovem, podendo ter relação ao que Daminelli (2022) descreve sobre a preparação destes para o mercado de trabalho, tendo em seus objetivos primários remodelar o sujeito para atuar em sociedade ou seja modificar seus costumes idealizando um futuro de como poderia ser este jovem, para isso usam estratégias disciplinadoras e punitivas através de regras que aprisionam deixando o jovem sem o direito de tomar suas próprias decisões.

Tal definição da política pública de acolhimento aparece cada vez mais ilusório, principalmente quando gira em torno do público alvo desta pesquisa “o jovem desligado por maioridade”, uma vez que, este já traz em si uma bagagem de experiências externas, levando em conta a idade do jovem institucionalizado percebe-se um desprovento de acesso as políticas públicas, pois após a institucionalização até o desligamento, eles tem apenas 3 anos para se reinventarem e serem reinseridos no contexto social.

Algo que nem sempre é possível principalmente quando envolve as questões ligadas ao grau de escolarização e mercado de trabalho, ou seja, a defasagem idade e série não condiz com as exigências do mercado de trabalho.

Cabe destacar que, o diálogo conceitual entre a teorização supra expostas foi indispensável para pesquisa, pois permite um olhar específico para as políticas públicas de acolhimento, ou seja, esta concerne em um novo modo demonstrar as mesmas categorias de segregação de jovens no mesmo local, ou seja almeja-se a implementação dos serviços de acolhimento como uma política que de fato assegure os direitos abarcando tanto o contexto familiar quanto o jovem que é destinado a viver na condição de “morto vivo”.

Os jovens entrevistados expressaram fatores que representam insatisfação no modo em que a política pública de acolhimento se apresenta, questões voltadas ao aprisionamento, distanciamento do contexto familiar, perda do poder de escolha, vai configurando um espaço de “morte simbólica” e a maioridade que era para ser encarada como uma forma de amadurecimento biológico passa ser encarada como um desafio, medo, insegurança.

Permitindo destacar a necessidade reestruturação na forma de preparar o jovem para o desligamento por maioridade onde os anseios em retornar a família de origem sejam

efetivados, sendo assim os fatores que romperam os vínculos, portanto não só afastar crianças e jovens do seio familiar mas também articular entre a esfera governante políticas públicas que abarquem a família como um todo, revertendo o medo e a angústia em ser desligado das casas abrigos em satisfação de serem visto como sujeitos que foram capazes de se reestruturar para sustentarem os laços familiares.

Outro fator observado sobre o desligamento do jovem e a lei que norteia os serviços de acolhimento atualmente sendo o ECA, também temos o Estatuto da Juventude, podendo incrementar esta política de desligamento almejando de fato a preparação do jovem e da família, uma vez que considera o sujeito jovem dos 15 aos 29 anos, ou seja se por alguma eventualidade perceber que ainda há fatores que impeçam o jovem em retornar a família de origem, a política pública acrescentando um maior período de tempo em sanar esta barreira.

Diante dos transcritos e objetivos desta pesquisa se torna eminente que o jovem não se sente preparado para ser desligado da instituição, carecendo então de ser incrementado novas formas que garanta para a juventude uma seguridade de direitos e não apenas o rompimento dos laços familiares. Portanto concordamos como o que Mendes (2020) destaca ao descrever sobre os avanços desta política pública, porém ainda é perceptível a necessidade em redefinir alguns preceitos, envolvendo a preparação do jovem para reinserção na sociedade.

Por fim, ao pesquisar sobre o desligamento do jovem que passaram pelas casas abrigos de Araguaína permitiu enxergar esta política pública em dois viés, primeiro ainda exerce seus serviços nos moldes assistencialistas onde são sanados algumas negligências de direitos apenas em caráter imediatistas, apesar de ser apregoado um serviço onde garante a preparação do jovem para viver em sociedade esta preparação não leva em conta se este jovem estar preparado para gerir sua vida sozinho, uma vez que o desligamento é realizado quando o jovem atinge 18 anos.

REFERÊNCIAS

- ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018**. Fundação Abrinq, São Paulo/SP, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario_da_infancia_2018_internet.pdf>. Acesso em: 30/08/2022.
- ALVES, Emeli Silva. **Infância e Juventude**: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. Empresa Brasil de comunicação 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/>>. Acesso em 16/07/2023.
- ANDI. **Redação**. Disponível em: <https://andi.org.br/infancia_midia/parana-tem-27-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos-ou-acolhidos>. Acesso em: 03/09/2023.
- ARAGUAÍNA – TO/CAACTL. **Placa da Casa Ana Caroline Tenório Lima**, Casa das meninas. Araguaína – TO, junho de 2019.
- _____. **PPP – Plano Político Pedagógico da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima**. Prefeitura Municipal de Araguaína – TO, Araguaína - TO, Atos internos de 2022.
- _____. **Regimento Interno da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima**. Prefeitura Municipal de Araguaína – TO, Araguaína - TO, março de 2022.
- _____. **Relatório de Gestão referente ao ano de 2018**. Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima. Disponível no ano de 2021.
- ARANTES, E. M. de M. **Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/arantes.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.
- BARDIN, Lorence. **Análise de conteúdo**. Lourense Bardin: tradução Luiz Antero Neto Pinheiro, São Paulo: Edição 70, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225, 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 13 de março de 2023.
- BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. **Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf>. Acesso em: 14/08/2023.
- BERNARDI, Dayse Cesar Franco. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**. Livro eletrônico, apresentação dos resultados: volume 1, 1. ed., São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e

adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf>. Acesso em: 30/08/2022.

BRASIL. **Estatuto da Juventude de 2013**. Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>. Acesso em: 30/08/2022.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

_____. **Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras: sumário executivo**. Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Brasília, 2022.

BRITO, Vinícius. **Síntese de indicadores sociais. um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022**. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 02, 2019 p. 1214-1238. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/40670| ISSN: 2179-8966.

COUTINHO, Jarbas. Governo do Tocantins. **Governador prestigia inauguração da sede da casa de Acolhimento em Araguaína**. 2018. Disponível em:

<<https://www.to.gov.br/noticias/governador-prestigia-inauguracao-da-sede-da-casa-de-acolhimento-em-araguaina/4jufqallkzi>>. Acesso em: 16/08/2023.

CRUZ, Lucina Ribeiro. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal**. Araguaína, TO, 2022.

DAMINELLI, Camila Serafim. Sobre a proposição de temporalidades na história das infâncias e juventudes brasileiras: o caso FUNABEM (1964-1989). **RAIGAL. Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais**, N°8, abril 2021 - marzo 2022 (Sección Dossier, pp. 111-129).

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas pública, princípios, propósitos e processos**. Disponível em: <<https://cfepoliticaspUBLICAS.files.wordpress.com/2016/07/politicaspUBLICAS-fundamentos-dias-e-matos-2015>>.pdf Acesso em: 26/06/2023.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice Hall. 1984. Políticas Públicas: teorias e métodos de análise

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Gilselene Guimarães. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. Colégio Estadual Miguel Couto, 2020. GT-20: **Psicologia da educação**. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GRISOSKI, Daniela Cecília; PEREIRA, Bruno César. Da biopolítica à necropolítica: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 224, set./out. bimestral, 2020, Ano XX, ISSN 1519.6186. Disponível no site: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1776>>. Acessado em: 02/08/2023.

HONORATO, Andreia Agda Silva. **O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil**: e agora? São Paulo 2011.

IBGE. **População do Brasil, Estados e Regiões Brasileiras** - Dados do IBGE. Disponível em: <<https://www.luis.blog.br/populacao-do-brasil-estados-e-regioes-dados-do-ibge.html>>. Acesso em 28/08/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Violências**: série dados. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328>>. Acesso em: 16/07/2023.

KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 10, n. 18, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/123>. Acesso em: 7 ago. 2023.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL; Juarez Tarcísio, REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 253-273, maio-ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ly7FmkSjFfHQGHVN6cjLZYw/?format=pdf>>. Acesso em: 03/10/2023.

LIMA, Priscila. **Casos de Crianças em Acolhimento Institucional Cresce na Pandemia**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/casos-de-criancas-em-acolhimento-institucional-cresce-na-pandemia/1234645460>>. Acesso em: 29/09/2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N1-edições, 2018.

MBI. **Araguaína/TO, Índice de bairros e demais núcleos populacionais**. Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/araguaina-to-br/>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

MELIM, Juliana Iglesias. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serv. Soc.& Saúde**, Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 167 – 184. jul./ dez.

MENDES, Giliana Zeferino Leal. **Políticas públicas e à vulnerabilidade social de crianças e adolescentes acolhidos em Araguaína – TO**. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Araguaína, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/2116>>. Acesso em 15 de maio de 2022.

MIRANDA, Humberto da Silva. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Conhecer**: debate entre o público e o privado. V. 10 Nº 25/2020.2. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carmelio/Downloads/admconhecer,+Artigo+6+-+Humberto+Miranda.pdf>>. Acesso em: 14/08/2022.

NÓBREGA, José Maria Pereira da. **Teorias do Crime e da Violência**: Uma Revisão da Literatura. 2014. Disponível em. <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/391/373>>. Acesso em 27/07/2023.

OLIVEIRA, Eliane Aparecida Coelho de. **A maioria construída na “arte de viver na rua”**: experiência de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização (Florianópolis). Florianópolis, setembro de 2000.

Patrícia Nunes da Fonseca. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Rev. Psicopedagogia**. vol.34 no.105, São Paulo, 2017.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/SP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/?format=pdf&lang=p>>. acesso em: 02/08/2022.

PNAD. **População-brasileira PNAD-2008**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia-e-financas/pnad-2008-populacao-brasileira-tem-cada-vez-mais-velhos-menos-jovens-335425.html>>. Acesso em 28/08/2023.

RICARDO, Ana Flávia Baltazar. **O processo de reinserção social das pessoas em situação de sem abrigo**. Escola de Sociologia e Políticas Públicas Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Outubro 2019.

RIZZINI, Irene. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direito. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 21, 2012.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Andréa Pires. **O Juvenicídio**: Racismo, Guerra às drogas e prisões. UDEAL, 2020.

SILVA, A. H.; FOSSA, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - ENEPO**. Brasília – DF, 03 a 05 de 2013. Disponível em:

<<https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>>. Acesso: 10 de janeiro de 2024.

SILVA, Andressa Hennig, FOSSA, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1, 2013. Disponível em: <<https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**. São Carlos, jul.-dez., v. 17, n. 02, p. 87-106, 2009. Disponível em:

<<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>>. Acesso: 11 jul. 2022.

SILVA, CC; SOUZA, KOC; PAZ, WS, *et al.* Modelagem espacial da mortalidade por homicídios na Região Nordeste do Brasil. Spatial modeling of homicide mortality in the Northeast region of Brazil. **Rev Bras Enferm.** 2023;76(2):e20220182.

<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0182>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/5gWG4rzyhJC4r4NQX7zwjldq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04/07/2023.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (orgs). Políticas públicas no território das juventudes. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. 144p. 24 cm, **coleção grandes temas de conexão de saberes**.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dissertação de Mestrado em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2010, 135f. Disponível no site:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf>.

Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em 15 de maio de 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. 2003, Nº 21. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em 12 de março de 2022.

VALDEZ, Nahuel Damián. **Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España**. Comentario a José Manuel Valenzuela (coord.): Ned Ediciones: Barcelona; ITESO: Guadalajara; El Colegio de la Frontera Norte: Tijuana, 2015, 274 páginas.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico, Periódicos Online em Psicologia**, vol.47, no. 2, versão On-line ISSN 1980-8623, Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010353712016000200002>.

Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

ANEXOS

Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA.

Nome: (fictício):

1) DADOS ATUAIS

Idade atual:

Composição familiar atual:

Renda familiar atual (soma de todos os ganhos mensais):

Programas do Governo o qual estar inserido:

Endereço (colocar apenas a Rua, Bairro, Cidade e Estado, não colocar número da casa):

2) DADOS NA ÉPOCA DO ACOLHIMENTO

Idade:

Composição familiar:

Renda familiar (soma de todos os ganhos mensais): Programas do Governo o qual estavam inseridos:

Endereço (colocar apenas a Rua, Bairro, Cidade e Estado, não colocar número da casa):

Foram acolhidos irmãos? () Sim () Não. Se a resposta for SIM, Quantos e quais as idades?

1 VIDA NO ABRIGO

Conte como era sua vida antes do abrigo?

Conte como foi sua vida dentro do abrigo?

Como era sua rotina no abrigo?

Quantos anos você ficou acolhido?

Quais motivos levaram você ao acolhimento?

Você concordou que precisava ficar no abrigo?

Você tinha ou tem irmãos que foram abrigados junto com você?

Como foi realizado o processo de desligamento da instituição?

Você se sentia preparado para deixar o abrigo?

2 VIDA PÓS-DESABRIGAMENTO

Conte como é sua vida fora do abrigo? Como foi o acompanhamento realizado pelos profissionais que atuavam na casa abrigo durante o primeiro trimestre após o desabrigamento? Você se sentiu amparado pela equipe após desligamento?

Você recebeu algum auxílio financeiro? Quais?

Ofício de Liberação SEMASTH

OFÍCIO Nº 1022/2022 –GAB/SEMASTH

Araguaína-TO, 20 de julho de 2022.

Ao Senhor,
JOÃO DE DEUS LEITE
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire)

Assunto: Resposta ao ofício 16/2022 - PPGDire/UFNT

Prezado Coordenador,

Considerando a solicitação proveniente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT/Câmpus Araguaína-TO – Unidade Cimba) na qual consta solicitação de liberação de acesso para realização de pesquisa de mestrado na Casa Ana Caroline Tenório e Casa Lar;

Vimos por meio deste autorizar a liberação de acesso para a coleta de dados destinados à composição do trabalho de Mestrado Acadêmico de Carmêlio de Sousa Lima, responsável pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa com o tema “JUVENICÍDIO E (NECRO) POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO”, sob orientação da Prof. Dra. Thelma Pontes Borges, a ser feito a partir de fichas de atendimento institucional dos adolescentes acolhidos nas unidades.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

JOSE DA GUIA
 PEREIRA DA
 SILVA:55622275172

Assinado de forma digital
 por JOSE DA GUIA PEREIRA
 DA SILVA:55622275172
 Data: 2022.07.20
 10:49:48 -03'00'

JOSÉ DA GUIA PEREIRA DA SILVA
 Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
 Portaria nº 09/2021



Aprovação do CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENICÍDIO E (NECRO)POLÍTICAS PÚBLICAS DE JOVENS DESLIGADOS DE ABRIGOS EM ARAGUAÍNA-TO

Pesquisador: CARMELIO DE SOUSA LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61923122.2.0000.5519

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.821.890

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 16 de Dezembro de 2022

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br